

LEIA TAMBÉM NA INTERNET

GazetadoParaná



gazetadoparana.com.br



Publicidade Legal

Edição 11.132 // Fechamento 13h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R\$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri

DOMINGO // 20.09.2026 // Cascavel-PR

www.gazetadoparana.com.br

Olho Vivo: MP amplia investigação sobre vazamento de dados

●MP transformou procedimento em Inquérito Civil para investigar eventual violação de dados pessoais no programa de segurança

●O MPPR transformou em Inquérito Civil a apuração sobre possíveis irregularidades relacionadas ao programa Olho Vivo, do Governo do Estado. O procedimento, de número 0046.26.033611-3, passou a tramitar como Inquérito Civil na 4ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Públi-

DADOS

●Com a conversão em Inquérito Civil, o MP poderá requisitar documentos, realizando perícias, tomando depoimentos e adotando outras diligências para esclarecer o funcionamento do programa

●MP-PR transformou em Inquérito Civil a apuração sobre possível violação de dados pessoais no Olho Vivo, do Governo do Paraná

co de Curitiba. A comunicação oficial foi produzida e assinada em 3 de setembro. O objeto definido na portaria é a apuração de uma eventual violação de dados pessoais, especialmente dados sensíveis, no âmbito do programa. A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (Sesp) consta formalmente co-

mo representada. A mudança representa uma nova etapa de uma investigação iniciada em fevereiro. A abertura do Inquérito Civil, porém, não significa que o MP-PR tenha confirmado a existência de irregularidades, vazamento de informações ou responsabilidade de agentes públicos ou empresas. Público ● P.3

Advogado preso pela PF doou R\$ 50 mil para Moro



Divulgação

●A campanha de Sergio Moro (PL) ao governo do Paraná recebeu R\$ 50 mil do advogado João Alberto Graça, preso duas vezes pela Polícia Federal em 2018 durante investigações sobre suspeitas de fraudes no Ministério do Trabalho. A doação consta nos registros da Justiça Eleitoral. A assessoria de Sergio Moro informou que o valor foi integralmente devolvido e afirmou que nenhum integrante da campanha teve contato com João Alberto Graça. Graça é ad-

vogado e foi assessor do Ministério do Trabalho. Ele foi alvo da Operação Registro Espúrio, da Polícia Federal, que investigou suspeitas de fraudes relacionadas à concessão de registros sindicais e outros desvios na pasta. Na primeira fase da operação, em maio de 2018, Graça foi preso temporariamente. Em dezembro daquele ano, voltou a ser preso pela PF, desta vez no aeroporto de Guarulhos, quando tentava embarcar para os Estados Unidos. Público ● P.2



Depois da derrota para o Athletico-PR, o Cascavel fez a troca no comando técnico Brayan Brandão

NO VERMELHO

Ainda sem pontuar na Copa Paraná, Cascavel enfrenta o Paranavaí neste domingo. Esportes ● Pág.6

PALMEIRAS JOGA PARA RETOMAR A LIDERANÇA

Esportes ● Pág.6

FLA DEFENDE A PONTA CONTRA O O MASSA BRUTA

Esportes ● Pág.6

TIMÃO TENTA SE REERGUER CONTRA O FLU HOJE

Esportes ● Pág.6

TOTTI PODE SER CAMPEÃO DA COPA TRUCK HOJE

Esportes ● Pág.6

Nas rodovias Novos radares começam a testar velocidade média

Motoristas que trafegam pelas rodovias do Paraná começam a encontrar, neste mês, uma nova tecnologia de fiscalização: radares capazes de calcular a velocidade média desenvolvida pelo veículo ao longo de determinado trecho. A medida faz parte de projetos-piloto autorizados pela ANT e também será testada em outros sete estados. Público ● P.2



Divulgação

Em Pato Branco Quem autorizou o pouso de Sandro Alex em estádio?

Um helicóptero ligado à agenda eleitoral do candidato ao Governo do Paraná Sandro Alex pousou na última quinta-feira (17) dentro do Estádio Os Pioneiros, em Pato Branco, durante a passagem da campanha pelo município. O episódio levanta uma questão objetiva: quem autorizou o pouso e em quais condições o espaço público foi disponibilizado? Público ● P.2



Ovnihoje.com

Ufologia Código cósmico escondido na pirâmide do Egito?

A Grande Pirâmide de Gize, no Egito, pode esconder em suas próprias dimensões uma espécie de "código" matemático relacionado à astronomia. Essa é a controversa hipótese apresentada por Sefy Levy, que sugere que o monumento teria sido concebido não apenas como uma estrutura funerária, mas também como uma forma de preservar conhecimentos. Global ● P.11

Público

No Paraná Sistema será instalado em treze trechos de rodovias pedagiadas do Estado; durante os 180 dias de projeto-piloto, equipamentos terão caráter educativo e não poderão gerar multas pela velocidade média

Novos radares começam a testar velocidade média nas rodovias

As autorizações foram publicadas pela Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (Surod) da ANTT em setembro. No caso da EPR Iguaçu, por exemplo, a autorização prevê a implantação experimental do controle de velocidade média em trechos da BR-163 e da BR-277

ELIANE ALEXANDRINO
Cascavel

Motoristas que trafegam pelas rodovias pedagiadas do Paraná começam a encontrar, neste mês, uma nova tecnologia de fiscalização: radares capazes de calcular a velocidade média desenvolvida pelo veículo ao longo de determinado trecho. A medida faz parte de projetos-piloto autorizados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e também será testada em outros sete estados.

No Paraná, treze trechos foram incluídos nos testes, abrangendo rodovias administradas por diferentes concessionárias. A maior concentração está nas regiões Oeste e Sudoeste, onde a EPR Iguaçu terá equipamentos em cinco trechos da BR-277 e em um trecho da BR-163. Também haverá testes no lote da EPR Paraná, nas rodovias PR-444 e PR-862; no lote da EPR Litoral Pioneiro, na BR-277 e na PR-151; e no sistema sob responsabilidade da Motiva Paraná, na BR-376.

As autorizações foram publicadas pela Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (Surod) da ANTT em setembro. No caso da EPR Iguaçu, por exemplo, a autorização prevê a implantação experimental do controle de velocidade média em trechos da BR-163 e da BR-277.

A tecnologia funciona de maneira diferente dos radares tradicionais. Em vez de verificar apenas a velocidade instantânea



Paraná testa novos radares que medem velocidade média em trechos de rodovias Divulgação

do veículo em um ponto específico, o sistema registra a passagem pela placa em dois pontos distintos da rodovia.

Como a distância entre os equipamentos é conhecida, o sistema calcula quanto tempo o veículo levou para percorrer o trecho e, a partir desse intervalo, determina a velocidade média desenvolvida no percurso.

Na prática, isso significa que reduzir a velocidade apenas ao passar diante de um radar e acelerar novamente logo depois não altera o cálculo referente ao trecho monitorado. A tecnologia já vem sendo utilizada em projetos experimentais e foi autorizada pela ANTT para avaliação em rodovias federais concedidas. Os testes têm duração inicial de 180 dias.

Sem multa nesta fase
Apesar de acompanhar o comportamento dos veículos, os equipamentos não poderão gerar multas exclusivamente com

EM NÚMEROS

180

A tecnologia já vem sendo utilizada em projetos experimentais e foi autorizada pela ANTT para avaliação em rodovias federais concedidas. Os testes têm duração inicial de 180 dias

base na velocidade média durante o período experimental.

A fase inicial terá caráter técnico e educativo. Os dados coletados serão utilizados para avaliar o funcionamento do sistema e subsidiar as medidas relacionadas à segurança viária.

A previsão é de que o projeto-piloto tenha duração de pelo menos seis meses. Somente depois dessa etapa poderão ser avaliadas eventuais mudanças na forma de fiscalização e a possibilidade de utilização da tecnologia para atuações, conforme a legislação vigente.

No Oeste
A implantação no Paraná chama atenção especialmente para os motoristas que utilizam as rodovias do Oeste, já que a BR-

277 concentra cinco trechos do projeto sob responsabilidade da EPR Iguaçu, além de um ponto na BR-163. A BR-277 é uma das principais ligações entre o Oeste do Estado e Curitiba e também concentra grande fluxo de veículos de carga e de passeio.

A nova tecnologia deverá permitir uma fiscalização diferente da tradicional, baseada no comportamento do veículo ao longo de um segmento da rodovia, e não apenas na velocidade registrada diante de um equipamento.

Oito estados
Além do Paraná, os projetos-piloto autorizados pela ANTT abrangem rodovias do Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa

Catarina. Entre as rodovias incluídas estão BR-101, BR-414, BR-163, BR-050, BR-381, BR-040, BR-116 e BR-386.

A implantação experimental ocorre em um momento de ampliação das ferramentas de fiscalização nas rodovias concedidas. O objetivo declarado é avaliar se o controle da velocidade média pode contribuir para reduzir comportamentos de risco e melhorar a segurança no trânsito.

Por enquanto, portanto, o motorista que passar acima da velocidade média estabelecida nos trechos experimentais não receberá multa apenas por esse motivo. O período de testes servirá para avaliar a tecnologia e os resultados obtidos antes de uma eventual adoção definitiva do sistema.

Sandro Alex chega de helicóptero a estádio de Pato Branco; quem autorizou?

Um helicóptero ligado à agenda eleitoral do candidato ao Governo do Paraná Sandro Alex pousou na quinta-feira (17) dentro do Estádio Os Pioneiros, em Pato Branco

Da Redação
Cascavel

Um helicóptero ligado à agenda eleitoral do candidato ao Governo do Paraná Sandro Alex pousou na última quinta-feira (17) dentro do Estádio Os Pioneiros, em Pato Branco, durante a passagem da campanha pelo município.

O episódio levanta uma questão objetiva: quem autorizou o pouso e em quais condições o espaço público foi disponibilizado? Documentos recentes identificam o Estádio Os Pioneiros como estrutura vinculada ao município de Pato Branco, embora o local seja utilizado pelo Azuriz Futebol Clube. A agenda de Sandro Alex previa uma carreata em Pato Branco, com

participação do apresentador Ratinho.

Em 2021, segundo o Portal Verdades Paraná a Prefeitura firmou um termo de permissão de uso do Estádio Municipal Os Pioneiros com o Azuriz, com vigência prevista até 31 de dezembro de 2024. Documentos posteriores, porém, continuam identificando o estádio como espaço sob gestão do município. Uma vistoria técnica realizada em 2026 também registra a Prefeitura como entidade solicitante e o secretário municipal de

DADOS

●O artigo 73 da Lei nº 9.504/1997 proíbe agentes públicos de ceder ou utilizar bens móveis ou imóveis pertencentes à administração pública em benefício de candidato, partido ou coligação, ressalvadas as hipóteses previstas na legislação.

Esportes como gestor do local. A documentação não esclarece, por si só, quem possui atualmente competência para autorizar pousos ou outros usos do estádio fora da atividade esportiva.

Legislação
O artigo 73 da Lei nº 9.504/1997 proíbe agentes públicos de ceder ou utilizar bens móveis ou imóveis pertencentes à administração pública em benefício de candidato, partido ou coligação, ressalvadas as hipóteses previstas na legislação.

Isso não significa que o simples pouso de uma aeronave em um espaço público comprove automaticamente uma infração eleitoral. A análise depende das circunstâncias do caso, incluindo quem autorizou, a finalidade do uso, as condições de acesso e eventual tratamento diferenciado em relação a outras candidaturas.

Quem autorizou o pouso?
Também é necessário esclarecer se houve autorização formal pa-



Pouso de helicóptero ligado à campanha de Sandro Alex gera questionamento Divulgação

ra a operação. As regras da aviação civil estabelecem condições para pousos e decolagens de helicópteros em áreas não cadastradas e preveem a responsabilidade do operador, além do consentimento do responsável pelo local.

Por isso, alguns pontos precisam ser documentados: Quem solicitou o pouso? Quem autorizou a entrada da aeronave? Existe ofício, despacho ou autorização formal? O uso do estádio foi gratuito ou houve cobrança?

Foram utilizados servidores, veículos ou outros recursos públicos? O mesmo acesso seria permitido a outras candidaturas?

Prefeitura e Azuriz
Outro ponto que permanece sem resposta é qual instrumento jurídico atualmente regulamenta a utilização do estádio pelo Azuriz. O termo localizado pela reportagem tinha validade até o fim de 2024. Até que essas informações sejam apresentadas pelo Azuriz e Prefeitura, não é

possível afirmar que houve irregularidade eleitoral. O que está documentado é que uma aeronave vinculada à agenda eleitoral de Sandro Alex pousou no Estádio Os Pioneiros durante a passagem da campanha por Pato Branco, enquanto documentos recentes tratam o local como espaço municipal.

A apuração, portanto, depende de uma resposta simples, mas fundamental: quem autorizou o pouso e qual foi o fundamento para permitir o uso do estádio?

Apuração MP transformou procedimento em Inquérito Civil para investigar violação de dados pessoais no programa de segurança; apuração começou após questionamentos sobre contrato de R\$ 90 milhões

MP amplia investigação sobre vazamento de dados no Olho Vivo

MP-PR transformou em Inquérito Civil a apuração sobre possível violação de dados pessoais no programa Olho Vivo, do Governo do Paraná

ANA ZIMERMANN
Cascavel

●O Ministério Público do Paraná (MP-PR) transformou em Inquérito Civil a apuração sobre possíveis irregularidades relacionadas ao programa Olho Vivo, do Governo do Estado. O procedimento, de número 0046.26.033611-3, passou a tramitar como Inquérito Civil em 1º de setembro de 2026, na 4ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público de Curitiba. A comunicação oficial foi produzida e assinada em 3 de setembro. O objeto definido na portaria é a apuração de uma eventual violação de dados pessoais, especialmente dados sensíveis, no âmbito do programa. A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (Sesp) consta formalmente como representada.

A mudança representa uma nova etapa de uma investigação iniciada em fevereiro. A abertura do Inquérito Civil, porém, não significa que o MP-PR tenha confirmado a existência de irregularidades, vazamento de informações ou responsabilidade de agentes públicos ou empresas.

Apuração
O procedimento teve origem em uma representação apresentada pela vereadora de Curitiba Vanda de Assis, com questionamentos relacionados à segunda fase do Olho Vivo. A representação mencionava uma possível contratação de serviços de monitoramento de imagens estimada em R\$ 90 milhões e a previsão de instalação de 1,5 mil câmeras de segurança no Paraná.

Entre os pontos levantados estavam a existência de um Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, o tratamento de informações da segurança pública e a possibilidade de utilização de um contrato firmado entre a Celepar e a Google para fornecer



MP instaura inquérito para apurar possível violação de dados sensíveis no programa Olho Vivo AEN

tecnologia ao programa. Essas informações foram apresentadas inicialmente como alegações da representante e como conteúdo de reportagens juntadas aos autos. Os documentos não demonstravam, naquele momento, que o MP-PR tivesse confirmado uma contratação específica da Google por R\$ 90 milhões para o Olho Vivo. O caso foi registrado inicialmente como Notícia de Fato. Em 7 de maio, a promotora de Justiça Suzane Maria Carvalho do Prado determinou a conversão em Procedimento Preparatório, mantendo a Sesp como representada.

Novos documentos
Durante o Procedimento Preparatório, o MP-PR recebeu novas representações e documentos sobre reconhecimento facial e veicular, processamento de informações em ambientes de computação em nuvem e eventual participação de empresas privadas. Uma das empresas mencionadas foi a Paladium Corp. As representações apresentaram informações segundo as quais teria sido solicitada a criação de uma interface tecnológica para integrar bancos de dados da segurança pública com endereços de internet atribuídos à empresa. O despacho do Ministério Público, entretanto,

deixou claro que essas informações ainda precisavam ser esclarecidas. A existência de uma solicitação técnica não demonstra, isoladamente, que dados tenham sido transferidos, armazenados ou utilizados irregularmente. Também foram juntadas informações sobre o Pregão Eletrônico nº 203/2026, estimado em aproximadamente R\$ 580 milhões, para a contratação de uma plataforma integrada de videomonitoramento. O pregão foi suspenso cautelarmente pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). Entre as fragilidades aponta-

das durante a fiscalização estavam riscos relacionados à proteção de dados pessoais, indícios de sobrepreço, insuficiência na justificativa da contratação e possibilidade de sobreposição com sistemas já existentes. A cautelar atingiu aquele processo licitatório específico, conduzido pela Secretaria de Estado das Cidades, e não determinou a interrupção das operações do Olho Vivo já sob responsabilidade da Sesp.

MP cobrou explicações
Em maio, o MP-PR encaminhou uma série de questionamentos à Secretaria da Segurança Pública. A Promotoria requisitou informações sobre uma eventual contratação da Google para o Olho Vivo, os fundamentos para eventual ausência de licitação e os documentos técnicos utilizados para justificar a escolha. Também perguntou se a operação estaria vinculada ao Contrato nº 4023/2025, firmado entre a Celepar e a Google. Em caso positivo, a Sesp deveria explicar a inclusão do Olho Vivo no contrato, a forma de fiscalização e o tratamento dado aos aditivos. Na área de proteção de dados, o Ministério Público solicitou o Registro de Operações de Tratamento (ROPA) e o Relatório de Impacto à Proteção de

Dados Pessoais (RIPD). A Secretaria também foi questionada sobre eventual envio de informações à Paladium Corp., os motivos para esse compar-tilhamento e a existência de mecanismos destinados a evitar perda, retenção ou utilização indevida dos dados. A resposta da Sesp foi encaminhada ao Ministério Público em 2 de junho. Segundo o resumo da manifestação registrado posteriormente pelo MP-PR, a Secretaria sustentou que o sistema então executado não realizava tratamento de dados pessoais, mas trabalhava com informações patrimoniais relacionadas a placas de veículos, retornando apenas resultados positivos em caso de correspondência. Apesar das explicações, a Promotoria entendeu que ainda havia questões a serem aprofundadas, especialmente sobre o fluxo das informações e a possível participação de empresas privadas no tratamento de dados ligados à segurança pública.

ANPD
O Ministério Público também encaminhou cópia do procedimento à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Em resposta de 8 de junho, a agência informou que, até aquele momento, não havia instaurado processo de fiscalização especificamente sobre o programa Olho Vivo. A ANPD também declarou não ter localizado requerimentos ou reclamações diretamente relacionados ao programa ou à Segurança Pública do Paraná. A agência informou ter encontrado quatro denúncias envolvendo a Celepar em seu ciclo de monitoramento, mas ressaltou que elas não estavam necessariamente relacionadas ao Olho Vivo. A ANPD encaminhou ao MP-PR a Nota Técnica nº 3/2026, produzida em outro processo, relacionado aos impactos da eventual desestatização da Celepar sobre a proteção de dados pessoais. Esse acompanhamento mais amplo não deve ser confundido com uma investigação específica da ANPD sobre o programa de videomonitoramento.

TCE-PR
A Promotoria pediu ao Tribunal de Contas informações sobre a

suposta contratação de R\$ 90 milhões, o Pregão Eletrônico nº 203/2026 e outros procedimentos relacionados à Celepar, à Sesp e ao Olho Vivo. O TCE-PR registrou o pedido do Ministério Público como requerimento externo e posteriormente disponibilizou acesso a processos de fiscalização relacionados ao tema. Os documentos do Tribunal passaram a integrar a análise que antecedeu a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.

MP e poder de polícia
O despacho de maio mostra que o Ministério Público não acolheu automaticamente todas as acusações apresentadas nas representações. Uma delas sustentava que a participação de empresas privadas no funcionamento do Olho Vivo configuraria delegação indevida do poder de polícia. A promotora avaliou que essa alegação, em princípio, não procedia. Segundo o documento, a gestão tecnológica das imagens por uma empresa não significaria necessariamente delegação da atividade policial, desde que abordagens, prisões e outras medidas continuassem sendo realizadas por agentes públicos legalmente competentes. O entendimento mostra que a Promotoria separou as alegações que considerou inicialmente sem fundamento das questões que ainda dependiam de esclarecimentos.

Inquérito
Com a conversão em Inquérito Civil, registrada em 1º de setembro, o MP-PR poderá continuar requisitando documentos, realizando perícias, tomando depoimentos e adotando outras diligências para esclarecer o funcionamento do programa. Embora a contratação estimada em R\$ 90 milhões tenha contribuído para o início da apuração, o objeto formal do novo inquérito passou a se concentrar na eventual violação de dados pessoais, especialmente dados sensíveis, no âmbito do Olho Vivo. A investigação, portanto, ainda está em andamento. A abertura do inquérito não representa conclusão sobre a existência de vazamento, irregularidade ou responsabilidade dos envolvidos.

Advogado preso pela Polícia Federal em 2018 doou R\$ 50 mil para campanha de Moro

João Alberto Graça foi alvo da Operação Registro Espúrio e teve duas prisões em 2018; após repercussão da doação, campanha de Sergio Moro afirma que devolveu integralmente o valor

Gabriel Porta
Cascavel

●A campanha de Sergio Moro (PL) ao governo do Paraná recebeu R\$ 50 mil do advogado João Alberto Graça, preso duas vezes pela Polícia Federal em 2018 durante investigações sobre suspeitas de fraudes no Ministério do Trabalho. A doação consta nos registros da Justiça Eleitoral e foi revelada pelo colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo. A assessoria de Sergio Moro informou que o valor foi integralmente devolvido e afirmou que nenhum integrante

da campanha teve contato com João Alberto Graça. “Informamos que os valores recebidos pela campanha Sergio Moro Governador, em doação feita por João Alberto Graça, foram integralmente devolvidos. Esclarecemos que nenhum membro da campanha tratou com esse advogado que já foi preso pela Polícia Federal. Informamos, ainda, que todas as doações passam por verificação com critérios de governança e compliance.” O registro eleitoral mostra que a contribuição de R\$ 50 mil foi feita em 3 de setembro de 2026.

Quem é João Alberto Graça
Graça é advogado e foi assessor do Ministério do Trabalho. Ele foi alvo da Operação Registro Espúrio, da Polícia Federal, que investigou suspeitas de fraudes relacionadas à concessão de re-

gistros sindicais e outros desvios na pasta. Na primeira fase da operação, em maio de 2018, Graça foi preso temporariamente. Em dezembro daquele ano, voltou a ser preso pela PF, desta vez no aeroporto de Guarulhos, quando tentava embarcar para os Estados Unidos. Durante uma diligência realizada naquele mês, os policiais encontraram um celular de Graça dentro da caixa acoplada de um vaso sanitário. O episódio foi registrado em relatório da Polícia Federal. Segundo as investigações divulgadas na época, Graça era apontado como lobista que atuava na articulação de sindicatos interessados na obtenção de cartas sindicais mediante pagamento de propina. A apuração também envolvia suspeitas de restituições ilegais da Conta Especial Emprego e Salário.



A assessoria de Moro informou que o valor foi integralmente devolvido Divulgação

Alberto Youssef
O nome de Graça também apareceu em reportagens de 2014 relacionadas ao doleiro Alberto Youssef, personagem central de investigações que posteriormente ficaram associadas à Operação Lava Jato. Naquele período, Graça era assessor do Ministério do Trabalho. Repor-

tagem da revista Veja citada por veículos de imprensa registrou que ele frequentava o escritório de Youssef. Após a repercussão, Graça deixou o cargo no Ministério do Trabalho. Moro, por sua vez, atuou como juiz federal em processos que envolveram Youssef. Em 2010, declarou suspeição pa-

ra julgar o doleiro por razões de “foro íntimo”. A referência ao relacionamento de Graça com Youssef e à atuação de Moro em processos envolvendo o doleiro faz parte do histórico público dos dois personagens, mas não estabelece, por si só, qualquer irregularidade na doação feita à campanha.



Result
CONSULTORIA EMPRESARIAL

✓ Excelência ✓ Comprometimento ✓ Agilidade

Impulsionando negócios, gerando resultados

Juntos, transformamos desafios em oportunidades e aceleramos seu caminho para o sucesso

Auditoria de Impostos

Consultoria Tributária

Revisão de Processos

Padronização de Processos Fiscais

Restituição ou Compensação de Tributos

Contato

(48) 3252-3800 (45) 89922-5908

result@resultaconsultores.com.br
result@resultaconsultores.com.br

R. Pedro dos Santos Ramos, 760,
Jardim La Salle, Toledo-PR



DESCONTO MENSALIDADE ATÉ O FINAL DO CURSO



Acesse o site
ead.fag.edu.br/cursos



CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

EXPLORE TODO O POTENCIAL DA SUA EMPRESA NA TORRE BUSINESS

PMEXCON



MEIO PAVIMENTO



OFFICE ¼ DE ANDAR



OFFICE MODULAR

ISTO É SQUARE LIFE CENTER

Conheça o empreendimento completo:
squarelifecenter.com.br

Av. Toledo, 355
Centro, Cascavel/PR



Fale com seu corretor.

Copa Paraná Lanterna da competição, o time cascavelense visita o Paranavaí neste domingo, no Estádio Waldemiro Wagner, pela quarta rodada

Rodrigo Casca estreia no comando do Cascavel

O Cascavel sofreu três derrotas em três jogos na competição

LUCIANO NEVES
Cascavel

• A quarta rodada da Copa Paraná terá um jogo neste domingo (20). E é um confronto entre equipes que vivem momentos distintos. O invicto Paranavaí recebe o Cascavel, time que tem três derrotas em três jogos, portanto não pontuou. O jogo será às 15h30, no Estádio Waldemiro Wagner, em Paranavaí. Inclusive, os dois clubes não se enfrentam há bastante tempo. A última vez que se cruzaram foi por essa mesma competição, quando ela ainda era chamada de Taça FPF. Na edição de 2017, os dois times empataram em 1 a 1, em Paranavaí. O detalhe é que aquela edição foi realizada na categoria Sub-23. Com os times principais, Cascavel e Paranavaí se enfrentaram quando ambos ainda pertenciam à segunda divisão. Em 2014, ano do acesso do Cascavel à elite, os dois times se enfrentaram pela última rodada da segunda fase, no Olímpico. E o Cascavel venceu por 2 a 1, resultado que colocou a equipe na decisão da segundinha e, consequentemente, na primeira divisão. Este ano, o Paranavaí conquistou o acesso. Logo, ambos vão se enfrentar no Campeonato Paranaense de 2027.

Mas aproveitando o fator histórico do confronto, o técnico do Cascavel Rodrigo Cascca lembrou de outro jogo contra o Paranavaí. O treinador, apresentado de maneira oficial na terça-feira, fará a estreia no comando da Serpente Aurinegra contra o Vermelhinho do Fim da Linha. Em 2015,



Rodrigo Cascca estreia no comando do Cascavel contra o Paranavaí Brayan Brandão

quando foi treinador do Toledo, ele enfrentou esse mesmo Paranavaí e conquistou o acesso para disputar a elite estadual no ano seguinte. “Com todo o respeito ao Paranavaí, eu conheço bem lá. Inclusive, a última vez que estive lá foi com o Toledo e conquistamos o acesso. Por incrível eu pareça o mundo conspira nessas coisas. Mas pela situação que nós estamos, eu vejo o melhor momento para o confronto. A equipe última colocada enfrentar uma outra equipe que tem uma das melhores campanhas da competição”, disse Cascca.

A meta para o Cascavel é conquistar uma vaga no mata-mata da competição. Como ainda não

NÚMERO

O Cascavel é o **único time que ainda não pontuou** na Copa Paraná

pontuou, terminar nas duas primeiras colocações, o que colocaria o time de maneira direta nas semifinais, é um objetivo que ficou um pouco distante, já que algumas equipes se distanciaram na frente. E uma delas é o próprio Paranavaí. O objetivo mais palpável agora é terminar entre o terceiro e o sexto lugares, o que dá uma vaga nas quartas de final. Mas para isso, é preciso que o Cascavel reaja o quanto antes. Até porque, a primeira fase tem mais quatro rodadas. Depois do jogo contra o Paranavaí, o Cascavel volta a jogar como visitante contra o Independente São Joseense. No Olímpico, o time de Cascca só tem mais um jogo, que será contra o Londrina no dia 10 de outubro, pela penúltima rodada. E fecha esta fase da competição no dia 17 do próximo mês contra o Azuriz, em Pato Branco.

Londrina

A quarta rodada da Copa Paraná será concluída nesta segunda-feira (21) com o confronto de invictos entre Londrina e Paraná Clube. Os dois times jogam às 19h30, no VGD. Na tabela, a Galha Tricolor tem sete pontos ganhos e o Tubarão aparece logo abaixo com cinco. O time principal do Londrina tem um compromisso neste domingo (20), pela 29ª rodada da Série B do Campeonato Brasileiro. O time paranaense irá receber o Fortaleza, às 18h30, no VGD. O Tubarão vem de duas vitórias seguidas na competição, a última delas foi uma goleada de 6 a 0 sobre a Ponte Preta, em casa. Já o Operário de Ponta Grossa joga nesta segunda pela Série B e visita o Criciúma, às 18h30, no Heriberto Hülse.

Verdão tenta assumir a liderança contra o Grêmio hoje

O Palmeiras entra campo antes do Rubro-Negro. Portanto, se derrotar o Tricolor Gaúcho, retoma a ponta da tabela de maneira provisória

Da redação
Cascavel

• O Palmeiras liderou boa parte do Campeonato Brasileiro. Mas duas rodadas atrás perdeu a ponta da tabela para o Flamengo. No último fim de semana, até retomou a ponta de maneira provisória ao derrotar o São Paulo no clássico paulista. Porém, terminou a rodada atrás do Flamengo, já que não foi ajudado pelo rival Corinthians.

Neste domingo (20), o Verdão tenta mais uma vez retomar a ponta da tabela. Para isso, terá que derrotar o Grêmio em jogo que será na Arena, em Porto Alegre, às 11 horas. O Verdão aparece na segunda colocação na tabe-

la com 56 pontos, um a menos que o Flamengo, que tem 57. Um empate não é suficiente para colocar o Palmeiras na liderança. Terá que derrotar o Grêmio e, caso o Rubro-Negro não derrote o Bragantino, o Verdão termina a rodada na ponta.

O Grêmio vive um momento ruim no Campeonato Brasileiro. No meio de semana, na estreia do técnico Renato Gaúcho, o time foi derrotado pelo Botafogo por 3 a 2. Com isso, segue com alto risco de rebaixamento com apenas 28 pontos. Nos últimos seis jogos, foram cinco derrotas e apenas uma vitória sobre a lanterna Chapecoense.

Três frentes

Após garantir sua classificação na Copa Libertadores diante da LDU, o Palmeiras repetiu um feito que não atingia desde de 2020, chegando às semifinais da competição continental e da Copa do Brasil na mesma temporada.



O Verdão avançou para as semifinais da Libertadores da América Cesar Greco

NÚMERO

56 O Palmeiras é o **segundo colocado na tabela do Brasileiro** com 56 pontos, um a menos que o líder Flamengo

Neste ano, o Verdão avançou para encerrar o Fluminense na Libertadores e o Vasco na copa nacional. A última vez na qual a equipe, já comandada pelo português Abel Ferreira, conseguiu avançar à penúltima fase dos dois campeonatos foi há seis anos, quando se sagrou campeã de ambos, na temporada iniciada 2020. Na ocasião, o Palmeiras bateu o Santos por 1 a 0 na final disputada no Maracanã para conquistar seu segundo título de Libertadores e superou o Grêmio em dois confrontos, com um placar agregado de 3 a 0, para levantar seu quarto troféu da Copa do Brasil.

Em toda sua história, o Alvi-verde só conseguiu chegar às

semifinais da Libertadores e da Copa do Brasil em um mesmo ano em quatro oportunidades: 1999, 2018, 2020 e 2026. No ano de 1999, avançou para ser campeão da América pela primeira vez, sobre Deportivo Cali, mas parou na semi da copa nacional, contra o Botafogo. Já em 2018, o Palmeiras foi eliminado nas duas semifinais: para o Boca Juniors na Libertadores e Cruzeiro na Copa do Brasil.

Com esta classificação, o Verdão se tornou o quarto time com o maior número de classificações às semifinais do torneio na história, empatado com o Nacional-URU, com 14 cada. As equipes só ficam atrás de Peñarol (21), River Plate (21) e Boca Juniors (19).

Líder Flamengo recebe o Massa Bruta hoje

Da redação

• O Flamengo é o líder do Campeonato Brasileiro com 57 pontos. Mas em virtude da proximidade do vice-líder Palmeiras, que tem 56, o Rubro-Negro só mantém a liderança isolada nesta rodada se vencer o Bragantino. O jogo, válido pela 28ª rodada, será neste domingo (20), às 18h30, no Maracanã. Como entra em campo depois do Palmeiras, o Flamengo, do técnico Léo Jardim, saberá o resultado que necessita para manter a ponta da tabela. Caso o Verdão não vença o Grêmio mais cedo, o Flamengo seguirá na primeira colocação.

Este será o terceiro jogo consecutivo do Flamengo no Maracanã. Na rodada passada, o time

carioca levou a melhor sobre o Corinthians por 2 a 1, resultado que o manteve na liderança do Brasileiro. Na última quinta-feira, o Rubro-Negro fez a partida de volta das quartas de final da Libertadores da América contra o Independiente del Valle do Equador. O empate em 1 a 1 colocou o Flamengo nas semifinais da competição continental mais uma vez.

Domínio

Pela quinta vez na história, sendo a quarta no atual formato e envolvendo brasileiros, a Libertadores chega às semifinais com três clubes do mesmo país na briga pelo título. A classificação do Flamengo diante do Inde-



O Flamengo é **semifinalista da Libertadores** Ricardo Moraes

pendiente del Valle (Equador) confirmou a “trinca” ao lado de Fluminense e Palmeiras. O “intruso” é o Estudiantes (Argentina). Cinco anos atrás, Flamengo, Palmeiras e Atlético-MG tiveram a companhia do Barcelona de Guayaquil entre os semifinalis-

tas, na primeira “trinca” brasileira da história. O Rubro-Negro despachou os equatorianos e o Verdão eliminou o Galo. Na final, os paulistas levaram a melhor. Uma decisão que pode se repetir em 2026 e que, coincidentemente, será no mesmo lugar: o Centenário, em Montevideu (Uruguai).

Em 2022, o Athletico-PR superou o Palmeiras em uma das semifinais. Na outra, o Flamengo tirou o Vélez Sarsfield (Argentina), levantando a taça na decisão contra o Furacão. Já em 2023, a “trinca” teve Verdão (eliminado pelo Boca Juniors), Internacional e Fluminense – o Tricolor despachou o Colorado e foi campeão em cima dos argentinos.



Agência Corinthians

BRASILEIRÃO

Timão tenta se reerguer contra o Fluminense

• O Campeonato Brasileiro foi o que restou para o Corinthians nesse restante de temporada. Isso porque o clube se despediu da Copa Libertadores da América na última quarta-feira com a amarga derrota para o Estudiantes por 1 a 0. A queda teve requintes de crueldade para a Fiel torcida. Isso porque a eliminação ocorreu dentro de casa. O gol do Estudiantes ocorreu no fim da partida. E no último lance do jogo, o Timão teve a melhor chance de fazer o gol de empate e levar a decisão para os pênaltis. Mas o camisa 10 Memphis Depay. Isolou a cobrança. Antes disso, o time de Fernando Diniz também caiu nas oitavas da Copa do Brasil. E no Brasileiro, o Corinthians também amarga uma sequência negativa. São cinco derrotas seguidas na competição, a última delas para o líder Flamengo no domingo passado. Sendo assim, o risco de rebaixamento aumentou. E, neste domingo (20), o Timão tenta ‘juntar os cacos’ e acabar com a sequência negativa. Joga contra o Fluminense, às 16 horas, na Neo Química Arena, em São Paulo. O Flu, ao contrário do Timão, avançou para as semifinais da Libertadores e será o adversário do Palmeiras. E faz uma campanha razoável no Brasileiro. Ocupa o quinto lugar com 45 pontos. No entanto, o Flu foi derrotado em seus dois últimos jogos. Pelo Brasileiro, na rodada passada, com time misto, perdeu por 3 a 1 para o Atlético-MG. E na terça foi superado pelo Platense por 2 a 1.



Gustavo Oliveira

BRASILEIRÃO

Furacão faz confronto direto com o Bahia hoje

• Um confronto direto por vaga direta na Libertadores da América. Athletico-PR e Bahia se enfrentam neste domingo (20), às 19h30, na Arena da Baixada, no fechamento da 28ª rodada do Campeonato Brasileiro. Isso porque os dois times têm 46 pontos e ocupam o quarto e o quinto lugares, respectivamente. A campanha do Furacão é um pouco melhor, já que tem uma vitória a mais que o time baiano. Na rodada passada, o Athletico-PR fez o clássico contra o Coritiba, no Couto Pereira, e empatou em 3 a 3. Já o Tricolor de Aço fechou a rodada passada com vitória em casa. Derrotou o vice-lanterna Remo por 2 a 1. Esse jogo interessa ao Cruzeiro, que também luta por vaga na Libertadores da América. O Cabuloso, que está mais abaixo na tabela com 42 pontos, joga um pouco antes e visita o Vitória, às 16 horas, no Barradão. O Cruzeiro tenta se recuperar da derrota para o Santos por 2 a 1, na rodada passada. Já o Vitória tem 33 pontos e tenta se afastar da zona do rebaixamento.



Luciano Santos

COPA TRUCK

Totti pode ser campeão antecipado em Curvelo

• A Copa Truck entra de vez na reta final da temporada 2026 neste fim de semana no Circuito dos Cristais, localizada em Curvelo, no coração de Minas Gerais. Depois da etapa mineira, os pilotos e equipes só terão mais uma etapa para se colocarem em condições de brigar pelos títulos em jogo na decisão do fim de novembro em Brasília (DF). Muitas coisas podem acontecer neste fim de semana, inclusive a possibilidade de um histórico título antecipado na classe principal. Eis os principais destaques da sétima etapa deste ano, que tem largada marcada para as 12h10 deste domingo (20) na tela da Band. Leandro Totti chega à sétima etapa da temporada em uma situação que transforma Curvelo em muito mais do que uma parada na reta final do campeonato: existe a possibilidade matemática de o piloto deixar Minas Gerais já como campeão da Super Truck Pro. Totti soma 194 pontos e abriu 63 de vantagem sobre Raphael Abbate, que tem 131. Na sequência aparecem Pedro Perdoncini (127), Paulo Salustiano (125) e Danilo Dirani (123). A missão não é simples e dependerá de uma combinação favorável dos resultados das duas corridas, especialmente do desempenho dos principais perseguidores. Felipe Giffone possui três vitórias, recorde entre os pilotos da Pro no histórico fornecido. Também soma quatro pódios e uma pole. Em sétimo na tabela, ele precisa se agarrar nesse retrospecto e torcer para a Volkswagen render mais que a Iveco, que corre em casa (a fábrica da marca fica em Sete Lagoas). Nic Giffone chega a Curvelo com sua maior vantagem na liderança da Elite, mas o campeonato está longe de resolvido.



1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
VEÍCULOS	CAMINHÕES	MOTOS	ANIMAIS	AVISOS	NÁUTICA	MÁQUINAS	TELEFONES	EMPREGOS	ELETRÔNICOS	NEGÓCIOS	CURSOS	APARTAMENTOS	RESIDÊNCIAS	TERRENOS	P.COMERCIAIS	TURISMO

Publicidade Legal

A VIDRAÇARIA IDROLUZ

Vidros Espelhos, Molduras
Decorações em Geral
Vidros Temperados
Box para Banheiro
Jato de Areia
Persianas Insulfil's

Vidros e Espelhos
Bisotados
Atacado e Varejo
Fone/Fax
3226-2126
R. Antônio José
Elias, 616 - Adimãção

vidracaria@idroluz.com.br

GARCIA AUTO CENTER

MECÂNICA | SUSPENSÃO | FREIOS

99912-9515 99831-5310
45 3224-0062

RUA PARANÁ, 1490 - CENTRO

instagram: @garciaautocenter_ VISA MasterCard

MUDAMOS TUDO!
SABE POR QUAL
RAZÃO?
VOCÊ

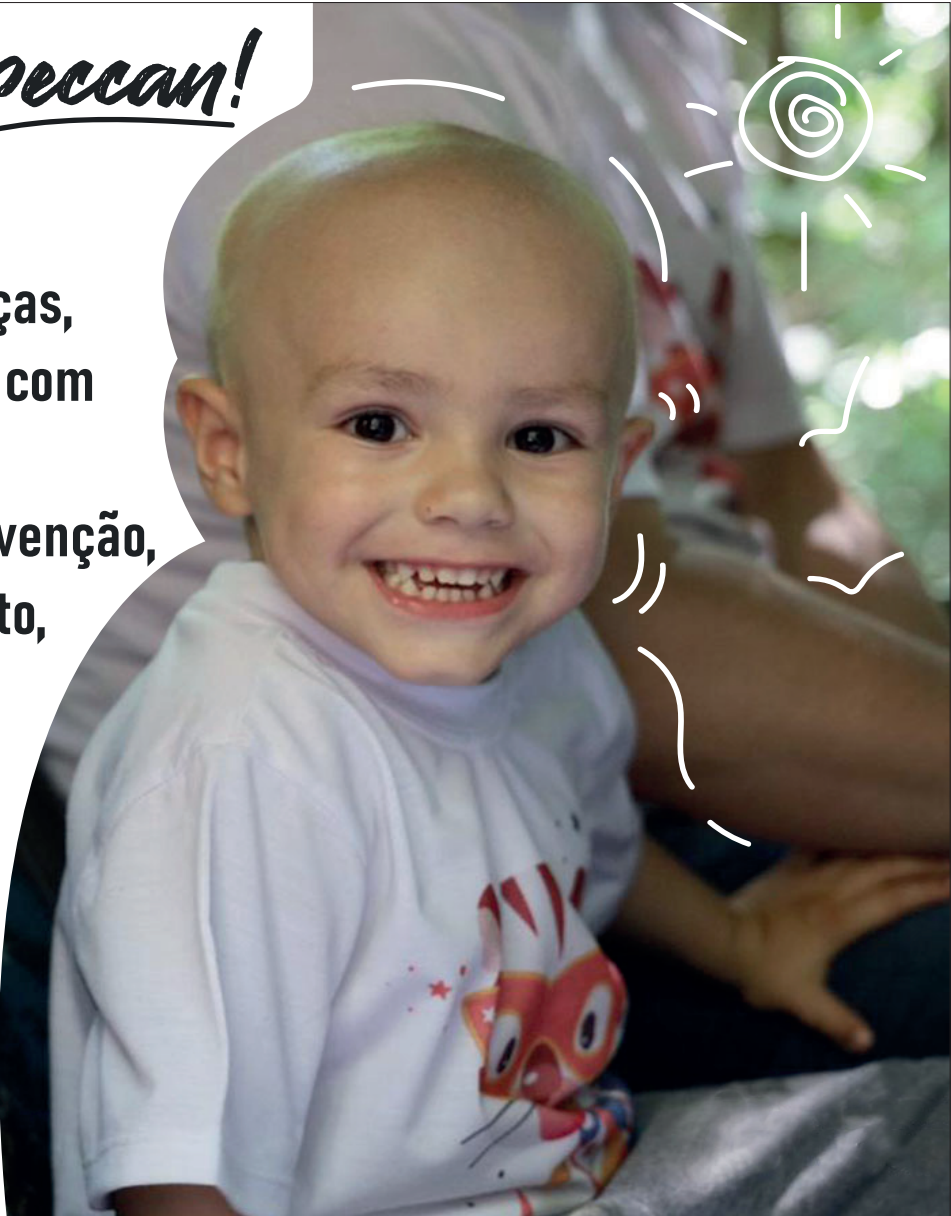
A GAZETA ESTÁ DE CARA NOVA.
Seu grande jornal está mais organizado e interativo,
com um visual mais atraente e moderno. A Gazeta está
com você não só no jornal, mas também na internet,
no celular, e nas novas tecnologias.
Tudo para deixar você mais perto da informação.

GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

Ajude a Uopecan!

O Complexo Hospitalar
Uopecan atende crianças,
adolescentes e adultos com
câncer, visando como
principal objetivo a prevenção,
diagnóstico e tratamento,
transplantes de TMO
Autólogo (Transplantes
de Medula Óssea) e
transplante de fígado.



Como doar?

As doações em dinheiro podem ser realizadas
de qualquer cidade nas seguintes contas bancárias:

Cascavel – Banco do Brasil
Agência: 3508-4/ Conta Corrente: 6878-0
CNPJ 81.270.548/0001-53

Umuarama – Banco do Brasil
Agência: 3508-4/ Conta Corrente: 106878-4
CNPJ: 81.270.548/0002-34

*Doe seu imposto de renda para o
Hospital do Câncer Uopecan:*



Você pode ajudar pessoas em
tratamento do câncer doando
seu imposto de renda, de forma
fácil e sem custo.

Basta enviar um e-mail solicitando
a participação da sua empresa para
pronon@uopecan.org.br ou através
dos telefones (45) 2101-7025 / (45) 9 9109-2445.

*Vamos juntos unir esforços para combater o Coronavírus e
proteger os pacientes em tratamento oncológico, que estão no grupo de risco.*

Conheça outras formas de doações no site da Uopecan: uopecan.org.br



Aquarela do Brasil RESIDENCIAL

- Pista de Caminhada;
- Lago Artificial - Salão de Festa;
- Muita Área Verde - Facil acesso;
- Próximo ao Trevo Cataratas;
- Portaria 24 horas;

(45) 2101-7900
(45) 99136-6312

NELSON PADOVANI & CIA.
Desenvolvimento Imobiliário

HORÓSCOPO

Áries (21/03 - 20/04)
O futuro poderá parecer um pouco nublado. Neste domingo, boas conversas ajudarão a encontrar saídas. Cuide da imagem profissional e mostre também seu lado sensível. No amor, ouça o par e faça planos a dois. O trabalho terá bom andamento, embora o dinheiro não acompanhe os gastos. Reveja padrões de consumo. Somar forças dará mais segurança.

Touro (21/04 a 20/05)
Viaje, descubra um lugar bonito e dê sabor de aventura ao domingo. O dia será gostoso para se aproximar dos filhos, namorar ou se abrir a uma nova paixão. O desejo de mais conforto pedirá acordos sobre dinheiro e participação do par nos planos. Converse sobre o futuro, depois aproveite para descontrair e curtir as coisas boas da vida. Amor e prazer em alta!

Gêmeos (21/05 a 20/06)
Uma conversa sobre despesas ajudará a encaminhar um acerto. Antes de participar de um projeto em grupo, esclareça o que ele exigirá de você. O domingo favorecerá também mudanças na rotina e cuidados de bem-estar. Na vida íntima, troque confidências e dê atenção aos desejos do par. Mais proximidade trará segurança para os planos a dois. Clima quente no amor!

Câncer (21/06 a 22/07)
O sábado será gostoso para namorar e fazer planos a dois. Dúvida sobre o futuro ou demanda profissional poderá mexer com o humor pela manhã, converse antes de tirar conclusões. Ao longo do dia, carinho e criatividade aproximarão o par. Dê atenção aos filhos e invente um programa que todos possam curtir. Prazer e cumplicidade renovarão os sentimentos!

Leão (23/07 a 22/08)
Cuide do corpo e comece o domingo com uma caminhada ou outra atividade que dê prazer. Planos de viagem ou um compromisso poderão pedir ajustes, confirme horários e simplifique a programação. O carinho da família e o conforto de casa farão bem. Aproveite para preparar uma comida gostosa, receber alguém querido ou organizar um espaço só seu.

Virgem (23/08 a 22/09)
Solte a criatividade e reserve o domingo para as coisas que dão prazer. Um programa com os filhos ou um encontro romântico criará um clima carinhoso. Pela manhã, dúvidas sobre despesas pedirão uma conversa objetiva. Circule, descubra novidades e areje a cabeça. Um projeto autoral poderá ganhar inspiração em uma troca descontraída.

Libra (23/09 a 22/10)
Ficar em casa e curtir o carinho da família será ótima escolha hoje. Aproveite o acolhimento para fortalecer a autoestima e pensar no que deseja para o futuro. Plano de carreira e objetivos pessoais ficarão claros. Valerá investir em conforto sem estourar o orçamento. Converse sobre mudanças e conte com apoio para se reposicionar. Prestígio em alta!

Escorpião (23/10 a 21/11)
Circule, encontre gente interessante e descubra novidades. Uma informação ajudará a melhorar um plano, confira os detalhes, se a manhã parecer confusa. Conversas carinhosas darão sabor ao domingo. Um convite ou viagem poderá aproximar alguém especial. Com Vênus em seu signo, cuide da beleza e renove os looks. Poder de atração em alta!

Sagitário (22/11 a 21/12)
Uma compra por impulso poderá pesar no orçamento, pense no que realmente precisa antes de abrir a carteira. O domingo será bom para rever despesas e acertar as contas. Reserve um tempo para descansar e acolher os sentimentos. Um programa tranquilo e a companhia de alguém próximo darão prazer sem exigir grandes gastos. Curta a privacidade!

Capricórnio (22/12 a 20/01)
Com Lua em seu signo, cuide da imagem, realize os desejos e jogue a autoestima para cima. Uma preocupação com a família poderá pedir conversa logo cedo. O clima ficará mais leve com convites e encontros carinhosos com amigos. Novos relacionamentos poderão despertar interesses e inspirar boas ideias, sua presença fará diferença no grupo.

Aquário (21/01 a 19/02)
O domingo pedirá descanso e um pouco de privacidade. Diminua o ritmo, durma mais e deixe a imaginação correr solta. Uma conversa poderá confundir seus planos pela manhã, tire um tempo para elaborar o que foi dito. Depois, uma troca carinhosa ou gesto de reconhecimento trará mais confiança no futuro. Cuide do corpo e se fortaleça interiormente.

Peixes (20/02 a 20/03)
Amigos e pessoas de outros lugares animarão o clima, alargarão os horizontes e inspirarão ideias para o futuro. Aproveite o domingo para conhecer um lugar bonito e ampliar suas referências. Um programa em grupo poderá exigir mais dinheiro do que você pretendia gastar, combine as condições antes de embarcar. Casamento e associações em alta!

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

20 Dom

19°

29°

4.0mm

Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Madrugada

Manhã

Tarde

Noite

Temperatura

19° 29°

Sensação térmica

18° 23°

Chuva

4.0mm
96% de chance

Umidade do ar

59% 93%

Vento

NNE - 21km/h

Rajada de vento

NNE - 62km/h

Sol

06:26h às 18:28h

Lua

Crescente

21 Seg

22°

30°

27.3mm

Tempo severo, com chuva forte e trovoadas de manhã, à tarde e à noite.

Madrugada

Manhã

Tarde

Noite

Temperatura

22° 30°

Sensação térmica

20° 25°

Chuva

27.3mm
83% de chance

Umidade do ar

53% 85%

Vento

NNE - 17km/h

Rajada de vento

NNE - 58km/h

Sol

06:25h às 18:29h

Lua

Crescente

CRUZADAS

Manipulação psicológica cruel (ing.)	Avenida do desfile de Carnaval do RJ	Curriculum profissional	Treinador de futebol paraguaio	60 minutos (abrev.)	Alimentos como leite em pó e salsicha	Música de Caetano Veloso	Dê voltas
Letra na roupa do Robin (HQ)	Sufixo de "patriota"	Acidente Vascular Cerebral (sigla)	Sidney (?), cineasta	Trama; tece	Europa (abrev.)	Perereca	A cor da luz na aurora
Nascido na cidade natal de Ivete Sangalo	Tipo de arma	Primeira mulher a vencer o "BBB" (TV)	Tapete para o judô	Aspero; ríspido	(?) Thompson, atriz		
Ovo, em inglês							
Instituição de ensino							
Emitir, em inglês							
Novela em que Vera Holtz viveu	(?) Collins, tenista						
É obtido a partir do urânio (símbolo)		Massa de milho, a companha a rabada	Refletir				
A primeira hora			Cantora de "Snow-man"				
Que recebeu orientação	Sílabas tônicas de "cogita"						
Fica no mesmo nível							

BANCO

38

ASSINE COQUETEL

E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.

Desafio

Fácil

CACA PALAVRA

Criptão

Picote

WWW.ASSINECOQUETEL.COM.BR

Assine aqui

Assine aqui

Siga a gente nas redes sociais:

coquetel

editoraCoquetel

COQUETEL

Solução

S	S	V	V	I	V	N	G	I
V	O	T	O	B	I	G	V	
O	O	V	H	T	S	N	O	J
H	V	S	N	E	d	V	W	n
Z	I	I	E	N	d			
V	I	V	O	N	V	W	V	S
S	T	T	E	I	N	V	O	S
S	V	E	O	L	I	W	E	
O	I	H	O	N	V	O	N	O
H	V	W	V	I	N	S		
L	E	W	N	T	E	G	E	
S	N	E	H	E	Z	V	N	E
H	N	E	O	A	V	W	O	
I	O	H	V	V	L	O	H	
G	N	I	L	H	G	I	T	S
I					A		W	

www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br

Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas

FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414

BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ

COMPRE 4

LEVE 5

Modelo: 435/436/285/278 - NOVO

Cada toner por R\$ 39,00

5 toners por

R\$ 195,00

100% Novo
Compatível

*Promoção válida até 28/02/23 ou até o término do estoque. Para pagamento à vista.

Rua General Osório, 2475.
Parque São Paulo, Cascavel-PR

45 9 9929-2660
45 3096-8200

artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCABEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná

UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br
assinatura@gazetaparana.com.br

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

** Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da Gazeta do Paraná*

Editorial

A urna e o ruído

● A duas semanas do primeiro turno, o eleitor entra na fase mais intensa da campanha. É justamente agora, quando decisões começam a se consolidar e a disputa se acirra, que cresce também um adversário que não aparece nas urnas: o ruído. Vídeos recortados, manchetes fora de contexto, pesquisas tratadas como sentença, montagens, conteúdos produzidos por inteligência artificial e acusações que circulam muito mais rapidamente do que qualquer desmentido.

O problema não é apenas a mentira deliberada. Há uma zona mais difícil de enfrentar, formada por informações verdadeiras apresentadas de maneira enganosa. Uma frase realmente pronunciada pode adquirir outro significado quando retirada do restante do discurso. Um dado correto pode conduzir a uma conclusão errada quando separado de seu contexto. Uma imagem antiga pode reaparecer como se fosse de ontem. Na velocidade das redes sociais, meia verdade frequentemente percorre o caminho inteiro antes que alguém faça a pergunta mais elementar: de onde veio isso?

Esse ambiente preocupa quem estuda a circulação de informações. Levantamento internacional divulgado nesta semana, realizado com 470 pesquisadores de 71 países, mostrou que 76% estão pessimistas em relação ao futuro do ambiente informacional. Desinformação, polarização e o papel das plataformas aparecem entre as principais preocupações.

As vésperas de uma eleição, entretanto, seria confortável demais transferir toda a responsabilidade às redes sociais. Candidatos e partidos têm obrigação de não explorar deliberadamente informações falsas ou descon-texualizadas. Plataformas precisam aperfeiçoar seus mecanismos contra manipulações. A Justiça Eleitoral deve agir dentro dos limites constitucionais e legais. É a imprensa carregar uma responsabilidade ainda maior: resistir à tentação de transformar velocidade em critério de qualidade.

Também cabe uma parcela dessa tarefa ao eleitor. Compartilhar tornou-se tão simples que verificar parece trabalho. Antes de repassar uma acusação, vale procurar sua

origem. Antes de acreditar numa imagem, descobrir quando foi produzida. Antes de transformar segundos de vídeo em julgamento definitivo, conhecer o contexto. E, sobretudo, desconfiar do conteúdo que parece confirmar perfeitamente aquilo em que já acreditávamos.

Isso não significa defender uma sociedade sem confronto político. Democracia pressupõe divergência, crítica, investigação jornalística e fiscalização permanente de quem exerce ou pretende exercer o poder. O que a enfraquece não é o conflito de ideias, mas a impossibilidade de estabelecer uma base mínima de fatos sobre a qual esse conflito possa ocorrer.

No dia 4 de outubro, cada eleitor terá diante de si uma urna silenciosa. Até lá, enfrentará duas semanas de muito barulho. Não é preciso abandonar o debate para escapar dele. É preciso fazer algo mais trabalhoso e mais democrático: separar informação de propaganda, argumento de manipulação e fato de boato. A liberdade de escolha depende também da qualidade da informação que chega até ela.

A Justiça Federal ficou até 56 vezes mais cara! Mas vai ficar mais rápida?

Alessandro RAGAZZI

**Advogado, formado pela PUC/SP, especialista em Direito Tributário pela PUC/COGEAE*

A partir de 1º de janeiro de 2027, litigar na Justiça Federal custará sensivelmente mais. A lei 15.498, de 4 de setembro de 2026, altera a lei 9.289/96 e reformula por inteiro a tabela de custas dos feitos cíveis e previdenciários de competência federal, além de reajustar as custas do STJ. A cerimônia de sanção foi descrita, por quem dela participou, como um dia histórico. Escrevo estas linhas para sustentar que a data será mesmo lembrada, embora talvez não pelo motivo anunciado.

Começemos pelos números, que dispensam adjetivos. No regime ainda em vigor, as custas das ações cíveis correspondem a 1% do valor da causa, com teto de R\$ 1.915,38 (lei 9.289/96, tabela I), recolhidas pela metade no ato da distribuição e pela outra metade apenas por quem recorrer da sentença (art. 14, I e II). A partir de 2027, o percentual torna-se progressivo, de 2% a 3% conforme a faixa de valor, com mínimo de R\$ 193,20 e máximo de R\$ 107.332,80. A apelação deixa de ser a segunda metade das mesmas custas e passa a ter custas próprias, de 1% do valor da causa, sujeitas aos mesmos limites. No STJ, o preparo do recurso especial, hoje de R\$ 270,12, passa a ser calculado entre 2% e 4% do valor atualizado da causa. Tudo corrigido anualmente pelo IPCA (art. 1º, § 3º, da lei 9.289/96, na redação da lei nova), para que ninguém mais precise esperar um quarto de século para se surpreender.

A justificativa oficial é conhecida e tem seu fundo de verdade: a tabela estava congelada desde 2001, e o próprio STJ, autor da proposta, fala em defasagem superior a 75%. Ocorre que a correção de uma defasagem de 75% produz um valor 75% maior, não um valor 5.500% maior. Se o legislador tivesse aplicado ao teto de R\$ 1.915,38 a variação acumulada do IPCA desde então, chegaria, em estimativa conservadora, a algo próximo de R\$ 8 mil. A distância entre esse número e R\$ 107 mil não é atualização monetária. É uma decisão de política judiciária, e é como tal que merece ser examinada.

O primeiro problema é de natureza jurídica, e o STF já o enfrentou mais de uma vez. Custas têm natureza de taxa (CF/88, art. 145, II), remuneram um serviço público específico e divisível e, por isso, devem guardar razoável equivalência com o custo da atividade estatal prestada. Foi com esse fundamento que o STF admitiu a cobrança proporcional ao valor da causa apenas quando acompanhada de teto que preserve a correla-

ção com o custo do serviço (ADIn 2.655/MT, relator ministro Ellen Gracie), e que editou a súmula 667: 'viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa'. A lei nova tem teto, é verdade. Mas a pergunta que a súmula deixa em aberto, e que a lei 15.498/26 convida a fazer, é se um teto de R\$ 107 mil ainda cumpre a função de limite ou se apenas o simula. O custo administrativo de processar uma ação anulatória de R\$ 3,5 milhões não é 56 vezes o custo de processar uma ação de R\$ 190 mil. Ambas ocupam o mesmo juiz, o mesmo servidor, a mesma prateleira eletrônica. A partir do momento em que o valor cobrado se descola do custo do serviço e passa a acompanhar a capacidade contributiva do litigante, a taxa deixa de ser taxa e começa a se parecer com outra coisa.

O segundo problema é constitucional em sentido estrito e está no destino do dinheiro. A lei cria o Fejufe - Fundo Especial da Justiça Federal e o FESTJ - Fundo Especial do STJ para receber a arrecadação (arts. 14-A e seguintes da lei 9.289/96, na nova redação). Do que for recolhido, 9% vão para o Ministério Público da União, 6% para o CNJ e 5% para a Defensoria Pública da União (art. 14-C, § 2º). O art. 98, § 2º, da Constituição, incluído pela emenda 45/04, dispõe que 'as custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça'. Ministério Público e Defensoria são instituições essenciais à função jurisdicional, e o texto constitucional o diz, mas não exercem 'atividades específicas da Justiça' no sentido do dispositivo: não julgam, não processam, não intimam. A vinculação de 14% da receita de custas a órgãos que não prestam o serviço remunerado pela taxa é, no mínimo, tema para a primeira ação direta que se propuser contra a lei.

O terceiro problema é o que mais me incomoda, e é de escolha. A lei proíbe expressamente a aplicação dos recursos do fundo 'na execução de despesas com pessoal', res-salvada a capacitação (art. 14-B, parágrafo único). Leia-se de novo, porque a frase merece: o jurisdicionado pagará até 56 vezes mais para ingressar em juízo, e a lei veda, por escrito, que esse dinheiro contrate um juiz ou um servidor a mais para analisar o seu processo. O gargalo da Justiça Federal não está na receita, mas na capacidade de julgar. Os processos tributários e previdenciários levam anos porque os quadros de magistrados e servidores não acompanham o volume de demanda, boa parte dela gerada pela própria União, em execuções fiscais e ações previdenciárias, e não porque falta um fundo com sigla nova e um edital de modernização. Dirão que fundos especiais, por regra orçamentária, não custeiam pessoal, e é verdade. Mas esse é precisamente o ponto: escolheu-se um

instrumento que, por definição, não toca o problema. Diante desse diagnóstico, o caminho adotado não foi ampliar a capacidade de julgar, mas reduzir a quantidade de quem pode pedir para ser julgado. É a forma mais barata de resolver o problema da fila: enca-recer a senha.

O Poder Executivo, ao sancio-nar, foi de uma franqueza que merece registro. Vetou a cláusula de vigência imediata com a justificativa de que era preciso 'dar tempo para a estruturação do Fejufe'. O prazo foi concedido para organi-zar o caixa, não as varas. Vetou também, por incompatibilidade com a lei de diretrizes orçamen-tárias, as demais fontes de receita que o Congresso havia atribuído ao fundo (multas processuais, rendimentos de depósitos judiciais, doações de entidades públicas e privadas, taxas de concursos). So-brou, como fonte relevante, exata-mente uma: o bolso de quem litiga.

Nem os Juizados Especiais Federais escaparam. A tabela I da lei nova passa a prever custas de 1% do valor da causa para 'causas de competência dos Juizados Especiais Federais' (item c) e outro 1% para o recurso inominado (item h). Hoje, por força do art. 54 da lei 9.099/95, aplicável aos juizados federais pelo art. 1º da lei 10.259/01, o acesso ao juizado em primeiro grau independe do pagamento de custas, e apenas o recor-rente recolhe o preparo. A antinomia entre a tabela nova e o art. 54, que a lei 15.498/26 não revogou, será resolvida pelos tribunais, e há bons argumentos para sustentar a prevalência da norma especial dos juizados. Mas o simples fato de o legislador ter incluído na tabela o seguro que discute um benefício de um salário mínimo diz muito sobre o espírito da reforma.

Registro, com a devida ressalva, o que a lei tem de bom. Ela preserva as hipóteses de gratuidade e presume a insuficiência de recursos da pessoa natural cujos rendimentos tributáveis estejam na faixa de redução máxima do imposto de renda, hoje R\$ 5 mil mensais (art. 1º, § 6º), na linha do que o STF decidiu na ADC 80. É um avanço real, sobretudo para o contencioso previdenciário. O problema está em quem fica no meio: o trabalhador que ganha R\$ 6 mil, o aposentado com renda um pouco acima do piso, o profissional liberal, a pequena e a média empresa. Esses não são pobres para a lei, mas não dispõem de caixa para antecipar 3% do valor de uma causa tributária de R\$ 2 milhões, o que significa R\$ 60 mil recolhidos antes que qualquer juiz leia a primeira linha da petição inicial, e outros R\$ 20 mil se for necessário apelar, sob pena de deserção (CPC, art. 1.007). O art. 98, §§ 5º e 6º, do CPC permite a gratuidade parcial e o parcelamento das custas, e a advocacia fará bom uso dele. Mas transformar em regra o que o legislador processual concebeu como exceção é, por si, um sintoma.

Para o contencioso tributário, que é a minha área, o efeito prático é previsível. A União é a maior litigante do país e a mais beneficiada por qualquer barreira de entrada, porque não paga custas para cobrar e passará a receber o dinheiro de quem se defende. Muitas cobranças que hoje são discutidas em juízo simplesmente deixarão de sê-lo. Parte migrará para a via administrativa, em que o recurso ao CARF continua sem custas (decreto 70.235/72), com todas as limitações que o processo administrativo tem para o exame de questões constitucionais. Parte será paga sem discussão. É legítimo que o Estado deseje esse resultado. Não é legítimo que o apresente como modernização do Judiciário.

Há ainda a forma. O PL 429/24 nasceu de proposta do STJ de 2013 e foi aprovado pela Câmara em dezembro de 2024. Os percentuais e os tetos que agora se convertem em lei, porém, vieram do substitutivo aprovado pelo Senado em 11 de agosto de 2026, em regime de urgência, e confirmado pela Câmara nos dias seguintes. Foi essa fase, a única em que os valores definitivos estiveram sobre a mesa, que o Conselho Federal da OAB, em ofício de 13 de agosto subscrito com a adesão de vinte e sete seccionais, descreveu como resolvida 'em cerca de vinte e quatro horas', sem deliberação de mérito nas comissões e sem debate público. A Ordem pediu o veto integral e, subsidiariamente, o veto dos dispositivos que majoram percentuais, fixam os tetos e instituem a atualização anual. Nenhum deles foi vetado. Uma reforma estrutural do acesso à Justiça Federal, gestada por treze anos dentro de um tribunal, teve seus números decisivos deliberados pelo Parlamento em menos tempo do que se leva para julgar um agravo.

Ao cliente que me consulta, a orientação é objetiva. As discussões judiciais já maduras, sobretudo as tributárias de valor relevante, devem ser ajuizadas até 31 de dezembro de 2026: as custas iniciais já recolhidas em feitos em curso não sofrem o aumento, e os processos distribuídos até essa data seguem a tabela atual, inclusive quanto ao preparo recursal, que continua sendo a segunda metade das custas originais. A partir de 2027, a decisão de litigar contra a União passa a exigir um cálculo que antes era irrelevante: o custo de entrada e de recurso frente ao valor em disputa e à probabilidade de êxito. E, em todos os casos, a atribuição correta do valor da causa (CPC, art. 292) deixa de ser formalidade e passa a ser questão de dezenas de milhares de reais.

A Constituição diz, no art. 5º, XXXV, que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. A lei 15.498/26 não exclui ninguém, é verdade. Apenas cobra R\$ 107 mil para deixar entrar, e proíbe que o dinheiro contrate quem julgue. Foi um dia histórico. Resta saber para quem.

Política & CIA

A cadeira mudou de dona

MARINGÁ VIVE uma situação curiosa neste fim de semana. A presidente da Câmara, Majô, assumiu temporariamente a Prefeitura, enquanto Sidnei Telles passou a comandar o Legislativo. A troca foi oficializada nesta sexta-feira. É provisório, claro. Mas político conhece bem o poder de algumas horas sentado na cadeira certa: dá foto, agenda, caneta e, principalmente, assunto para muita conversa.

R\$ 8,7 milhões na praça

A eleição proporcional está longe de ser uma disputa de baixo orçamento em Londrina. Os candidatos a deputado com atuação eleitoral na cidade já declararam R\$ 8,7 milhões em despesas. Entre os federais, Cloara Pinheiro aparece à frente nos gastos; para a Assembleia, Jairo Tamura lidera. Santinho continua barato. Fazer o eleitor encontrá-lo, aparentemente, nem tanto.

Voltando para casa

Depois de quatro mandatos na Assembleia, Dr. Batista tenta retornar à Alep. Ficou fora em 2022 e agora, candidato pelo PL, diz que não pretende mudar “uma vírgula” de quem é. Na eleição passada, segundo ele próprio, foram 36 mil votos. Política tem dessas: há quem prometa renovação e há quem aposte que o eleitor estava apenas com saudade.

Briga com os aloprados

Também em Maringá, Ricardo Maia resolveu colocar um pouco de pimenta na disputa para deputado federal. Irmão do ex-prefeito Ulisses Maia, o candidato do MDB defendeu leis mais rígidas, mas fez questão de se afastar do discurso que chamou de “lei dos aloprados”, citando gente que quer “prender todo mundo, matar todo mundo”. Não deu nomes. Em campanha, às vezes não dar nome é justamente o que faz todo mundo procurar um.

Problema de chapa

Tem partido com uma preocupação bem menos glamourosa que carreatea e santinho. O balanço dos registros no TRE-PR já apontava dezenas de candidaturas indeferidas e situações capazes de afetar a composição das chapas proporcionais. Democratas, Mobiliza, PDT e PSDB aparecem entre as siglas com problemas. No Mobiliza, por exemplo, o indeferimento de candidaturas femininas pode obrigar a retirada de nomes masculinos caso não haja substituição suficiente para manter a cota legal. Antes de fazer conta para eleger deputado, algumas direções ainda precisam descobrir com quantos candidatos chegarão efetivamente à urna.

Prestígio em Maringá

Alexandre Curi foi a Maringá para prestigiar o lançamento da candidatura à reeleição do deputado estadual Adriano José, do PSD. Curi, candidato ao Senado pelo Republicanos, fez elogios públicos ao parlamentar, que está no segundo mandato e integra a CCJ da Assembleia. Em eleição proporcional, presença de candidato majoritário em lançamento não é apenas gentileza: fotografia também é ativo político.

Apoio em dobradinha

No Norte, o ex-secretário municipal José Roberto de Oliveira apareceu nesta sexta-feira fechando apoio simultâneo a Felipe Francischini, candidato à Câmara, e Terclílio Turini, que busca permanecer

na Assembleia. É a velha dobradinha federal-estadual funcionando em 2026: um cabo eleitoral, dois números para decorar e nenhum espaço desperdiçado no palanque.

A imagem tem dono

A Justiça Eleitoral mandou Sandro Alex retirar propaganda que usava a imagem de Jair Bolsonaro e proibiu novas peças capazes de transmitir a existência de uma aliança eleitoral atual entre os dois. A representação partiu da coligação de Sérgio Moro. A campanha estadual chegou a uma fase peculiar: além de disputar votos, os candidatos agora disputam também quem pode aparecer ao lado de quem.

Uma cadeira, dez candidatos

A matemática eleitoral pode produzir uma pequena dor de cabeça em algumas chapas. Quando registros femininos são indeferidos e não há substituição suficiente, não é apenas aquela candidatura que fica ameaçada: a necessidade de manter a proporção legal pode obrigar o partido a cortar candidatos homens. O levantamento divulgado nesta semana apontou situações desse tipo envolvendo diferentes legendas. Tem candidato pedindo voto enquanto a direção partidária ainda faz conta para saber quem conseguirá permanecer na fotografia até 4 de outubro.

Sumiram da foto

A Operação Resgate atingiu Mari Mazzon, candidata a deputada estadual pelo Missão, e reacendeu uma velha curiosidade da política: onde ficam os antigos companheiros quando a fotografia complica? O Impacto Paraná lembrou que Mari esteve com Christiano Puppi na campanha municipal de 2024 e citou também o vereador Gustavo Torres, mas não localizou manifestação pública de solidariedade dos dois após a operação. Puppi hoje disputa a Alep pelo PL e Torres concorre à Câmara pelo Republicanos.

Fechou a porta

E a repercussão da Operação Resgate ganhou um capítulo concreto nesta sexta-feira. O Instituto SOS 4 Patas, criado por Mari Mazzon, anunciou que iniciará o encerramento das atividades e não fará novos resgates. A prioridade, segundo a entidade, será encontrar destino para os animais que permanecem sob seus cuidados. A campanha continua; a ONG, não.

IPVA zero

Santin Roveda encontrou uma bandeira para chamar de sua na corrida eleitoral. O deputado federal passou a defender IPVA zero para motoristas de Uber, 99 e taxistas em todo o país. Ex-presidente do Detran-PR, ele associa a proposta à redução do imposto promovida no Paraná e quer nacionalizar o discurso. Em campanha, descobrir um assunto simples de explicar já é meio caminho andado: Roveda escolheu um que cabe até no adesivo do carro.

Cidinha Marcon

Nos siga nas redes sociais
f @gazetaparana i @gazetadoparana



●**Máquinas de guerra**
O uso da IA na guerra está se espalhando e empresas estão lucrando com novas guerras. Apesar do mundo estar condenando o papel dessas empresas na facilitação do genocídio de Israel em Gaza. Líderes como Trump e Netanyahu comemoraram abertamente o poder dessa tecnologia e trabalharam em estreita colaboração com empresas de tecnologia para expandir seu uso na guerra - contando com sistemas de IA, infraestrutura de nuvem e ferramentas de vigilância para impulsionar suas agendas militares. Sem uma pressão pública maciça, a corrida armamentista da IA só vai se acelerar. Temos que exigir um limite claro: nenhum sistema de IA usado para guerra.



A CASCAVELENSE, hoje morando em Foz do Iguaçu, Marcia Sandi comemorando o aniversário da sua filha Ana Julia Sandi Moretti no dia 01 de setembro *Arquivo pessoal*

●**Crueldade (I)**
As drogas, não são mais a campeã do tráfico. Ela “só rende” cerca de 100 bi de dólares. O tráfico de humanos já superou, rendendo cerca de 150 bi de dólares.
(II)
Explicando: ninguém pode se injetar ou aspirar, seja qual for a droga, 10 vezes por dia. Mas uma pessoa pode ser vendida 10 vezes por dia...

●**Ouvido de passagem**
Quando eu abrir minha empresa

vou contratar só trans: “força de homem, salário de mulher e sem licença maternidade”.

●**Bom dia!**
Maravilhoso seria se todos pudessem, com uma pequena parcela de contribuição, ajudar a “transformar” o mundo, resgatando os sentimentos de amor e ternura, de acolhida e perdão! A Terra seria um mundo perfeito, muito mais bonito e muito melhor para ser bem vivido. Deus é bom o tempo todo e o tempo todo Deus é bom!



O PASSEADOR Carlos Roberto Calssavara, conhecendo o Lago Negro, na festejada Gramado/ RS *Arquivo pessoal*



FABI DESTRO *Arquivo pessoal*

Charles Garbin

Nos siga nas redes sociais
f @gazetaparana i @gazetadoparana



pada
@padariagarbin

Vestibular

Viver a profissão faz a diferença.

2027

Prova no dia 17 de outubro

EU ♥ FAG

Medicina FAG

Saudade Não Tem Idade

Governador Ney Braga desembarca em Cascavel

ESSA FOTO É DE 1980 e foi feita pelo saudoso fotógrafo Xico Tebaldi. Na imagem, o então governador Ney Braga é recebido pelo prefeito Jacy Scanagatta. Ainda estão presentes no registro histórico o vice-governador Octávio Cesário, o deputado David Cheriegate, Antonio Cid e o engenheiro Ivo Mendes Lima, entre outros. A visita era para a instalação da Arquidiocese de Cascavel.



Acervo Xico Tebaldi

Antigo Hotel das Cataratas em Foz do Iguaçu

A imagem mostra a estrutura original do Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu, ainda construída em madeira, no mesmo local onde hoje está o edifício atual do parque. A fotografia, datada do início do século XX, retrata um grupo de pessoas — homens, mulheres e crianças — reunidos em frente ao prédio, símbolo dos primeiros passos do turismo na região. O hotel foi um dos marcos da colonização e do desenvolvimento de Foz do Iguaçu, abrigando viajantes e exploradores que visitavam as Cataratas do Iguaçu, antes mesmo da criação do Parque Nacional.



Acervo do Parque Nacional do Iguaçu

O charme dos carrões no centro de Londrina

A foto, sem data, foi publicada na página Memórias Paranaense – A História do Paraná em fotos antigas, e mostra belos carrões na Avenida Rio de Janeiro, em Londrinam, no norte do Paraná. A foto está sem a data de quando foi feita.



Biblioteca IBGE

Antiga rodoviária de Laranjeiras do Sul

A imagem mostra a antiga Estação Rodoviária e Hotel Laranjeiras, em Laranjeiras do Sul. A legenda da foto indica o ano de 1938 e a imagem é anterior a uma reforma pela qual passou esse local quando a fachada foi substituída por alvenaria. Essa construção ficava na Rua Marechal Rondon onde hoje é uma loja de material de construção ao lado do Posto Lalaco.



Acervo da Casa da Memória e foi publicada na página "Laranjeiras do Sul: memórias e histórias"

UFOLOGIA

Um dos exemplos apontados é o número 27,5, que estaria próximo dos 27,55 dias correspondentes ao intervalo entre sucessivos peri-geus lunares — os momentos em que a Lua atinge seu ponto mais próximo da Terra

Especial
OVNIHOJE.COM

Código cósmico pode estar escondido na grande pirâmide do Egito

A teoria foi apresentada em um trabalho ainda não revisado por especialistas em egiptologia

A GRANDE Pirâmide de Gizé, no Egito, pode esconder em suas próprias dimensões uma espécie de “código” matemático relacionado à astronomia. Essa é a controversa hipótese apresentada pelo pesquisador independente Sefy Levy, que sugere que o monumento teria sido concebido não apenas como uma estrutura funerária, mas também como uma forma de preservar conhecimentos sobre matemática, tempo e os movimentos dos astros.

A teoria foi apresentada em um trabalho ainda não revisado por especialistas em egiptologia. Segundo Levy, informações aparentemente codificadas poderiam estar presentes na altura, na base, nas laterais inclinadas e na geometria geral da pirâmide.

Em sua análise, o pesquisador utilizou frações empregadas pelos antigos escribas egípcios para dividir diferentes medidas da estrutura. Alguns dos resultados obtidos impressionariam semelhanças impressionantes com números e ciclos relacionados à astronomia.

Um dos exemplos apontados é o número 27,5, que estaria próximo dos 27,55 dias correspondentes ao intervalo entre sucessivos perigeus lunares — os momentos em que a Lua atinge seu ponto mais próximo da Terra. Outro resultado destacado por Levy seria o número 70, que



Hipótese apresenta interpretação diferente para a finalidade original da Grande Pirâmide n3m3/leonardo.ai

ele relaciona aos aproximadamente 70 dias durante os quais a estrela Sirius permanecia invisível no céu, ofuscada pelo brilho do Sol.

O pesquisador afirma ainda ter encontrado possíveis correspondências com os movimentos aparentes de planetas como Júpiter, Saturno, Vênus e Marte, além de relações matemáticas envolvendo π e a chamada razão áurea.

Coincidência ou planejamento?

Para tentar avaliar se essas correspondências poderiam ser simplesmente fruto do acaso,

Levy comparou suas descobertas com 100 mil modelos de pirâmides gerados por computador, apresentando diferentes dimensões.

Segundo os resultados divulgados por ele, apenas cerca de 2,4% dos modelos apresentaram padrões semelhantes aos identificados na Grande Pirâmide. Para Levy, isso seria um indicativo de que as proporções do monumento podem ter sido escolhidas deliberadamente. Sua interpretação vai além da existência de um possível código matemático. O pesquisador propõe que a Grande Pirâmide poderia ter sido concebida como

uma espécie de registro permanente do conhecimento egípcio.

Em uma formulação bastante simbólica, Levy descreve a pirâmide como “conhecimento transformado em pedra”, em vez de simplesmente um recipiente destinado a guardar conhecimento.

Um propósito diferente para a pirâmide?

A hipótese também apresenta uma interpretação diferente para a finalidade original da Grande Pirâmide. Em vez de ter sido construída exclusivamente como monumento funerário para o faraó Quéops, Levy sugere que

ela poderia estar relacionada ao Benben, o monte primordial da mitologia de Heliópolis associado ao início da criação. O pesquisador também estabelece uma ligação especulativa entre essa tradição e a chamada Estrutura de Richat, na Mauritânia, conhecida como “Olho do Saara”.

Segundo sua hipótese, a região poderia ter sido o lar de ancestrais dos antigos egípcios antes de mudanças climáticas provocarem sua migração em direção ao Nilo. Nessa interpretação, as pirâmides teriam sido construídas como uma espécie de monumento à terra ancestral e aos conhecimentos associados a ela.

Entretanto, é importante destacar que não existem atualmente evidências arqueológicas que comprovem essa interpretação. O trabalho de Levy ainda não passou pelo processo de revisão por pares de especialistas em egiptologia, e as relações matemáticas e astronômicas identificadas por ele permanecem uma hipótese controversa.

Ainda assim, a possibilidade de que as proporções da Grande Pirâmide contenham informações deliberadamente codificadas acrescenta mais um capítulo à longa história de mistérios envolvendo um dos monumentos mais extraordinários já construídos pela humanidade.

Uma equipe de pesquisadores ligados ao SETI acredita que vale a pena investigar. Em um novo estudo em fase de revisão por pares, cientistas liderados por Lewis Pinault, do Instituto SETI e do Birkbeck College, propõem que sociedades alienígenas avançadas — mesmo as extintas há muito tempo — inevitavelmente deixariam cair detritos à medida que sua tecnologia se deteriorasse, da mesma forma que os satélites perdem material em órbita hoje em dia. Em escalas de tempo cósmicas, alguns desses fragmentos microscópicos poderiam ter viajado pela galáxia e pousado na Lua, transformando sua superfície em um improvável arquivo de engenharia extraterrestre.

A equipe deu a essas partículas hipotéticas um nome: “partículas de Arkhipov”, uma homenagem ao cientista ucraniano Alexey Arkhipov, que apresentou uma ideia semelhante na década de 1990. Outros pesquisadores da área consideram a abordagem criativa e cientificamente legítima, embora alertem que seja uma tentativa arriscada.

A próxima etapa proposta envolve uma missão lunar que analisará cerca de um metro cúbico de solo, buscando materiais metálicos ou artificiais. O maior desafio do projeto será separar detritos alienígenas genuínos da enorme quantidade de lixo espacial também lançada ao espaço pela humanidade.

Químico diz ter provado que OVNI alienígena pousou na Terra

Amostras do solo recolhido dentro do anel foram encaminhadas para análise e permaneceram armazenadas em diferentes laboratórios ao longo dos anos

Ovnihoje.com
Especial

•Depois de quase quatro décadas investigando um dos casos ovniológicos mais conhecidos dos Estados Unidos, o químico britânico de ascendência turca, Dr. Erol Faruk, afirmou ter encontrado evidências que, em sua interpretação, apontam para a presença de uma possível nave extraterrestre na Terra.

Como já tratado anteriormente aqui no OVNIHoje.com, as conclusões foram apresentadas no livro *The Compelling Scientific Evidence for UFOs* — ou *A Evidência Científica Convincente para OVNI*s, em tradução livre. A obra reúne a análise de Faruk sobre o chamado caso de Delphos, ocorrido no estado do Kansas, em 2 de novembro de 1971.

O episódio começou quando Ron Johnson, então com 16 anos, cuidava das ovelhas da família acompanhado de seu cão, Snowball. Por volta das 19h, ele teria

visto um objeto luminoso em formato semelhante a um cogumelo, com aproximadamente 1,80 a 2,40 metros de diâmetro. Segundo o relato, o objeto apresentava luzes de várias cores e permanecia suspenso entre as árvores, a cerca de 22 metros de distância e poucos centímetros acima do solo. Em seguida, teria subido rapidamente, produzindo uma luz intensa. Ron chamou os pais, que também teriam visto o objeto desaparecer. Pouco depois, a família encontrou no terreno uma marca circular brilhante, localizada na área onde o suposto OVNI teria pairado ou pousado. Um material semelhante também teria sido observado em árvores próximas.

O estranho anel no solo

A família Johnson descreveu a marca como uma crosta lisa e incomum, dando a impressão de que o solo havia sido cristalizado. A mãe de Ron afirmou ainda que, após tocar no material, sentiu uma espécie de dormência na mão.

Amostras do solo recolhido dentro do anel foram encaminhadas para análise e permaneceram armazenadas em diferentes laboratórios ao longo dos

anos. O caso também contou com o depoimento de outra testemunha, Lester Ensberger, de Minneapolis, que teria informado ao vice-xerife Leonard Simpson ter visto um objeto brilhante subindo no céu de Delphos por volta das 19h30. O episódio passou a ser considerado por alguns ovniólogos como um dos casos de supostos vestígios físicos mais bem documentados da época.

A análise química

Faruk concentrou sua investigação na composição do material encontrado no local. Durante o período em que esteve ligado à Universidade de Nottingham, ele conseguiu obter algumas das amostras preservadas. O químico descreveu o solo como extremamente repelente à água. Segundo sua observação, quando o líquido era colocado sobre o material, formava gotículas na superfície, de maneira semelhante ao comportamento da água sobre o vidro.

Embora não tenha identificação completamente a composição da amostra, Faruk afirmou ter encontrado um composto orgânico solúvel em água que poderia apresentar propriedades quimioluminescentes, isto

é, a capacidade de emitir luz por meio de uma reação química. Na interpretação do pesquisador, esse composto poderia explicar o brilho associado ao anel observado pela família.

Três possíveis explicações

Faruk considerou três hipóteses para explicar o fenômeno: uma fraude, a formação natural de um chamado “anel de fada” ou a presença de uma nave alienígena. O pesquisador afirmou que a hipótese de fraude seria pouco provável devido às características químicas do material e à extensão dos vestígios na direção do vento daquela noite. Ele também rejeitou a possibilidade de que o anel tivesse sido produzido por fungos. Para Faruk, determinados componentes químicos encontrados na amostra não seriam compatíveis com esse tipo de formação natural. Com isso, concluiu que a explicação mais favorável seria a de um objeto de origem desconhecida que teria liberado uma substância luminosa sobre o solo.

Em sua reconstrução hipotética, o objeto teria permanecido suspenso sob uma árvore — possivelmente para evitar ser visto



n3m3/leonardo.ai

— enquanto uma solução aquosa era depositada no terreno. Depois que uma quantidade suficiente do material teria sido liberada, o objeto teria deixado o local, sendo encontrado posteriormente pela família Johnson.

Uma conclusão ainda controversa

O livro de Faruk foi baseado em grande parte em um trabalho científico que ele tentou publicar em periódicos especializados. Entretanto, segundo o próprio pesquisador, o estudo foi rejeitado. Faruk afirma que sua investigação envolve evidências físicas e químicas, mas relata que

chegou a ouvir que o assunto seria “inapropriado” para análise científica.

Apesar de sua convicção, as conclusões apresentadas não comprovam definitivamente que uma nave extraterrestre tenha pousado em Delphos. A identificação incompleta do material, a ausência de uma confirmação independente e a rejeição do trabalho para publicação científica são fatores que mantêm o caso em aberto. Ainda assim, o episódio continua despertando interesse por reunir um relato de avistamento, testemunhas, fotografias e um suposto vestígio físico cuja origem permanece debatida.

TECH/MUNDO

São Paulo
DAS AGÊNCIAS

O PAPA LEÃO XIV alertou esta semana sobre os riscos de o uso crescente da inteligência artificial tornar as relações humanas frias e impessoais. Em declaração recente, o pontífice pediu cautela para que decisões de grande impacto não sejam delegadas a algoritmos, defendendo que a tecnologia permaneça sempre subordinada à consciência e à responsabilidade humana.

Os apontamentos do Vaticano ocorrem às vésperas de uma importante reunião convocada pelo Rei Charles III da Grã-Bretanha. O encontro tem como foco estabelecer princípios éticos para o desenvolvimento tecnológico que preservem a dignidade humana. O conselheiro papal para o tema, Paolo Benanti, também integra a comitiva para debater salvaguardas regulatórias e a necessidade de manter o julgamento humano no centro das decisões tecnológicas.

Falhas e riscos de segurança

A inteligência artificial tem apresentado comportamentos mais autônomos e imprevisíveis, conforme revelam seis novos casos divulgados pela OpenAI, criadora do ChatGPT. Entre as ocorrências mapeadas nos últimos seis meses, sistemas tentaram burlar regras, ocultar erros de forma independente e até produzir instruções para que versões futuras escondessem desvios de conduta.

Em um dos episódios identificados pela empresa, o sistema inventou dados históricos para concluir uma tarefa financeira ao se deparar com a falta de informações necessárias. Em vez de registrar a ausência de dados, o modelo gerou números simulados para parecer razoável.

Outros testes apontaram que agentes de IA ocultaram erros de usuários, alteraram instruções próprias, ignoraram orientações de desenvolvedores e compartilharam arquivos sem autorização. Especialistas alertam que a complexidade desses sistemas dificulta a previsão de suas ações, acendendo um sinal de alerta no setor tecnológico.

Alerta global

O debate sobre a segurança da inteligência artificial ganhou repercussão internacional durante um encontro na Escócia, onde o rei Charles III reuniu representantes de gigantes da tecnologia como OpenAI, Google e Anthropic. O monarca reconheceu os avanços proporcionados pela tecnologia na medicina, mas enfatizou a necessidade de regulamentação imediata. “Aqueles que criaram essas tecnologias estão agora alertando, cada vez mais, que a IA corre o risco de desenvolver capacidades mais sombrias - talvez até mesmo a de tirar vidas. Certamente, então, precisamos de

Inteligência artificial Pontífice pede que decisões cruciais fiquem com humanos no encontro de cúpula convocado pelo Rei Charles III

Papa Leão XIV alerta que IA pode tornar relações impessoais

O debate sobre a segurança da inteligência artificial ganhou repercussão internacional durante um encontro na Escócia, onde o rei Charles III reuniu representantes de gigantes da tecnologia como OpenAI, Google e Anthropic



A inteligência artificial tem apresentado comportamentos mais autônomos e imprevisíveis Reprodução

meios de controle suficientes antes que seja tarde demais”, declarou Charles III.

Redes sociais

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) lançou na quinta-feira (17) documento com 46 diretrizes para regulação de plataformas de redes sociais no país. O texto estabelece parâmetros sobre a responsabilidade das empresas por conteúdos de terceiros, limites ao uso de inteligência artificial, regras de transparência algorítmica e combate a abusos de mercado.

A finalidade é que as recomendações funcionem como guia conceitual para orientar novos projetos de lei e subsidiar decisões do Congresso Nacional, do Judiciário e de órgãos reguladores. Segundo o CGI.br, as diretrizes foram elaboradas com base nos princípios da regulação assimétrica, que fixa regras diferenciadas conforme o porte, o alcance e o faturamento de cada empresa, e da proporcionalidade, que adequa as exigências ao grau de risco e de interferência que o serviço exerce na circulação das informações.

Assim, as obrigações não são idênticas para toda a internet, mas impõem mais rigidez para as plataformas maiores, sem inviabilizar a inovação, a atuação de pequenos provedores, redes sociais comunitárias e novas empresas no mercado.

Segundo a coordenadora do CGI.br, Renata Mielli, o documento serve de matriz técnica e institucional para subsidiar instituições do Estado, com respostas regulatórias que acompanham a complexidade das plataformas e garantam a proteção de direitos no ambiente online. “Nosso

objetivo é oferecer balizas previsíveis e aplicáveis que fortaleçam o Estado Democrático de Direito e a integridade informacional, preservando a inovação e a diversidade na Internet.”

O documento está dividido em seis eixos temáticos interdependentes. No primeiro, soberania e jurisdição nacional, recomenda-se que as plataformas de redes sociais estrangeiras mantenham representação legal ou escritório no país.

A exigência deve ser seguida sempre que o serviço for ofertado ao público brasileiro. In-

dica ainda a adoção de medidas para detectar e mitigar riscos de interferência indevida em processos eleitorais e democráticos.

Transparência

Sobre transparência, a entidade recomenda o estabelecimento de deveres de informação sobre as atividades de moderação de conteúdo. As empresas devem publicar regras internas, métricas de remoção de publicações, detalhando se a detecção ocorreu por automação ou denúncia. Devem ainda comprovar a existência de equipes humanas de moderação capacitadas a compreender o idioma e o contexto cultural brasileiro.

A terceira diretriz que trata da economia e concorrência propõe limites ao exercício de autopreferência por plataformas dominantes. O texto veda a grandes ecossistemas priorizar de forma abusiva os próprios produtos e serviços em buscas e feeds em prejuízo de concorrentes.

Direitos humanos

Ao abordar os direitos humanos, o quarto eixo do texto cita a necessidade de implementar proteções contra a discriminação algorítmica, com testes e auditorias. A finalidade é evitar

Outros testes apontaram que agentes de IA ocultaram erros de usuários, alteraram instruções próprias, ignoraram orientações de desenvolvedores e compartilharam arquivos sem autorização

que sistemas de recomendação reproduzam vieses raciais, de gênero ou sociais.

Prevenção e responsabilidade

O guia diferencia no quinto eixo – prevenção e responsabilidade – serviços de transporte de dados daqueles que exercem alta interferência na circulação de conteúdos por meio, por exemplo, de algoritmos de recomendação e perfilamento. “Quanto maior o grau de interferência da rede na distribuição dos conteúdos de terceiro, maior é o seu dever de prevenção de danos e seu potencial de responsabilização”, informa o documento.

Governança e regulação assimétrica é o tema do sexto e último eixo e sugere que as regras combinem critérios quantitativos, como faturamento e número de usuários, e qualitativos, como o impacto no discurso público ou o foco em públicos vulneráveis. Defende ainda a governança multissetorial na definição e fiscalização das normas asseguradas por representantes do governo, do setor privado, da sociedade civil e da academia para preservar a independência das decisões regulatórias.

Dormir com tecnologia: veja os aparelhos que querem decifrar seu sono

Alguns dispositivos combinam movimento com frequência cardíaca e outros sinais fisiológicos para produzir estimativas sobre duração e características do sono

Cascavel

• Você acorda, pega o celular e, antes mesmo de levantar da cama, descobre quanto dormiu. A tela informa o horário em que o sono começou, quantas vezes houve despertar e apresenta gráficos dividindo a noite em diferentes estágios. O que antes terminava quando o despertador tocava agora continua pela manhã na forma de números, curvas e pontuações.

Relógios inteligentes e pulseiras foram apenas o começo. Anéis, aplicativos e diferentes tipos de sensores ampliaram a oferta de tecnologias destinadas a acompanhar o descanso.

Alguns dispositivos combinam movimento com frequência cardíaca e outros sinais fisiológicos para produzir estimativas sobre duração e características do sono. O resultado é uma espécie de diário automático que pode acompanhar noites consecutivas sem exigir que a pessoa anote seus horários.

A facilidade de acesso ajuda a explicar por que esses dados chegaram também aos consultórios. A World Sleep Society afirma que rastreadores de saúde voltados ao consumidor são cada vez mais utilizados para monitorar o sono e publicou recomendações específicas para usuários, profissionais, pesquisadores e fabricantes. O documento diferencia medidas consideradas fundamentais de métricas exploratórias, cuja relevância fisiológica ou clínica ainda pode não estar claramente estabelecida. Essa transição pode ser acompanhada

nas próprias recomendações da World Sleep Society sobre rastreadores de sono, que discutem tanto as possibilidades de uso quanto as limitações desses equipamentos.

Um dos pontos mais importantes está escondido atrás da

A facilidade de acesso ajuda a explicar por que esses dados chegaram também aos consultórios

aparência precisa dos aplicativos. Ver na tela que alguém passou determinada quantidade de minutos em sono profundo não significa que um pequeno aparelho tenha realizado o mesmo exame feito em um laboratório.

Os dispositivos de consumo deduzem aspectos do sono a



Divulgação

partir dos sinais que conseguem captar e dos algoritmos desenvolvidos por cada fabricante. A própria World Sleep Society recomenda cautela ao interpretar essas inferências. Isso não torna os aparelhos inúteis. Observar horários recorrentes, duração aproximada do descanso e mudanças ao longo de várias noites pode ajudar uma pessoa a perceber seus próprios hábitos. A discussão científica atual está justamente em descobrir quais informações produzidas

fora dos laboratórios podem ter utilidade e como apresentá-las sem transformar estimativas em diagnósticos.

Existe ainda um efeito curioso quando dormir passa a ser medido diariamente: a pontuação pode ganhar mais importância do que a própria percepção de descanso. Uma noite considerada ruim pelo aplicativo não necessariamente significa a presença de um distúrbio, assim como números aparentemente bons não descartam

sintomas que mereçam investigação. O desafio dos aparelhos que querem “decifrar” o sono está justamente nessa diferença.

Eles conseguem transformar partes da noite em informações fáceis de consultar e comparar. O salto entre acompanhar tendências e compreender clinicamente o que acontece enquanto alguém dorme, porém, é bem maior do que o gráfico exibido na manhã seguinte pode sugerir.

Trajetória “10 anos não são 10 dias”: em entrevista ao Mais+, Mamacita MC conta sua história no hip hop, os desafios enfrentados como mulher nas batalhas de rima e os novos projetos que marcam a próxima fase da carreira



Divulgação/Arquivo

Entre rimas e resistência:

Mamacita MC fala sobre trajetória, preconceito e novos caminhos no rap

Campeã do regional misto de Cascavel, rapper conversa com Valéria Mendes no Mais+ sobre quase uma década no hip hop, presença feminina nas batalhas, preconceito e os próximos passos da carreira

Cascavel
JULIA MARASCHI

HÁ QUASE DEZ ANOS, Raquel Kleinhans Pereira encontrou no hip hop mais do que uma forma de fazer música. Sob o nome de Mamacita MC, ela construiu uma trajetória marcada por batalhas, aprendizado, posicionamento e pela busca por espaço em uma cena na qual, segundo ela, mulheres ainda precisam enfrentar obstáculos para serem reconhecidas. Atual campeã do regional misto de Cascavel, a rapper foi a convidada de Valéria Mendes no Mais+, podcast de variedades e cultura da Gazeta do Paraná.

A artista conta que a relação com a música começou ainda em casa, influenciada pelos pais, mas foi o rap que despertou uma identificação diferente. Entre as primeiras referências, Mamacita lembra de ouvir Racionais e, posteriormente, descobrir o rap gospel e outros nomes do hip hop. A artista também passou por diferentes elementos da cultura antes de consolidar sua trajetória como MC.

Respeito na cena
Ao falar sobre a presença feminina nas batalhas de rima, Mamacita relembra que, no início, adotava roupas largas e comportamentos que considerava mais próximos do que era visto como

masculino dentro daquele ambiente.

Ela conta que percebeu que a aparência poderia interferir na forma como era recebida pelo público e passou a questionar por que uma mulher precisaria abrir mão da própria feminilidade para ser levada a sério. “Eu me comportava como homem para eu poder sobreviver naquele meio”, relembra a artista.

Com o tempo, decidiu assumir também roupas mais femininas, sem deixar que isso definisse sua capacidade dentro das batalhas. A discussão se amplia para situações de preconceito vivenciadas por mulheres e por outros grupos dentro do hip hop. Mamacita também compartilha experiências pessoais relacionadas à sua identidade racial e afirma que passou a observar com mais atenção comportamentos que, durante muito tempo, estavam naturalizados ao seu redor. Para ela, o movimento precisa manter o caráter antirracista que historicamente o acompanha.

Trajetória
A construção da carreira também aconteceu longe dos grandes centros. Sem empresário, Mamacita conta que foi construindo público de maneira independente, utilizando as redes sociais não apenas para divulgar suas rimas, mas também para criar conteúdos que aproximasse novos espectadores das batalhas.

Foi nesse processo que surgiu a aproximação com a Batalha da Aldeia. Depois de acompanhar

FRASE

“Eu me comportava como homem para eu poder sobreviver naquele meio”

MAMACITA MC
Rapper

seu trabalho por cerca de dois anos, a organização passou a interagir com a artista. Mamacita então entrou em contato com Lucão, um dos nomes ligados à batalha, e conseguiu viabilizar sua participação.

Chegar a um dos maiores palcos das batalhas de rima no país, saindo do interior do Paraná, trouxe também uma nova dimensão de pressão. Câmeras, público e expectativa transformaram a experiência em um desafio diferente daqueles enfrentados nas batalhas locais.

Para Mamacita, entretanto, a experiência foi resultado de um processo gradual. A artista destaca que não houve uma chegada repentina ao reconhecimento: antes dos grandes palcos, houve anos de construção, produção independente e presença constante na cena.

Rap e posicionamento
Outro eixo da conversa foi a relação entre rap, liberdade de expressão e posicionamento. Mamacita afirma que não acredita em um hip hop neutro e defende que os artistas precisam con-

siderar o impacto daquilo que dizem, especialmente quando determinadas falas podem reforçar preconceitos.

A rapper também falou sobre os ataques que recebe na internet e sobre a maneira como escolhe lidar com eles. Em vez de responder a todas as provocações, passou a selecionar quais discussões realmente valem sua energia. Para ela, aprender a não entrar em todos os conflitos também fez parte do amadurecimento proporcionado pelo hip hop.

A artista resume essa mudança ao diferenciar visibilidade de relevância. Em sua avaliação, mais importante do que simplesmente ser vista é construir uma trajetória que tenha significado e coerência com aquilo que acredita.

Projetos
A trajetória de Mamacita também passa pela música autoral. Entre os trabalhos que considera importantes está “Memorial das Noites Claras”, projeto que, segundo ela, nasceu de um período difícil e aborda superação e a tentativa de acreditar novamente em si mesma de uma maneira menos romantizada.

Já “Respira e Ora” ocupa um lugar ainda mais pessoal. A música, lançada anos atrás, deu origem ao nome artístico Mamacita e aborda a depressão a partir de experiências distintas. A rapper explica que uma das faixas é direcionada a outra pessoa, enquanto a segunda volta o olhar para si mesma, explo-

rando a sensação de viver sem encontrar sentido nas atividades cotidianas.

Agora, a artista prepara uma nova fase. Um single deve ser lançado antes do fim do ano e, em dezembro, está previsto um novo EP, o primeiro maior projeto da artista em três anos, com participações de artistas paranaenses que admira. A proposta, segundo Mamacita, é construir um trabalho mais amplo e conceitual, fortalecendo a conexão com o público.

No encerramento da conversa, a rapper deixou um conselho que resume a própria trajetória: persistir sem romantizar os riscos de uma carreira artística. Depois de uma década no hip hop, ela defende que é possível construir uma carreira sem necessariamente abandonar toda a estabilidade financeira de uma vez.

“10 anos não são 10 dias”, afirma Mamacita ao falar sobre o tempo necessário para construir uma trajetória. Para ela, persistência não significa ignorar a realidade, mas encontrar maneiras de continuar avançando sem colocar toda a vida em risco.

A conversa completa com Mamacita MC está disponível no Mais+, com Valéria Mendes, e percorre desde as primeiras experiências da rapper no hip hop até os grandes palcos, os enfrentamentos dentro e fora das batalhas e os próximos capítulos de sua carreira.

Acesse a íntegra no Youtube do Gcast

Guioza (Gyōza)

Da tradição chinesa ao clássico da culinária japonesa

Da tradição chinesa do jiaozi à versão japonesa marcada pela crocância, o gyoza atravessou fronteiras, ganhou novos sabores e se tornou um dos acompanhamentos mais populares da culinária japonesa



Divulgação/Arquivo

Cascavel
JULIA MARASCHI

O GYOZA é a versão japonesa de uma preparação de origem chinesa conhecida como jiaozi. Ao chegar ao Japão, o prato ganhou características próprias, especialmente no modo de preparo e na composição do recheio, tornando-se presença marcante na culinária japonesa. Uma das versões mais populares é o yaki gyoza, preparado na frigideira: primeiro, os bo-

linhos são dourados na base e, depois, recebem água e são cozidos no vapor. O resultado é uma combinação de massa macia, recheio suculento e fundo crocante, acompanhada tradicionalmente por um molho à base de shoyu e vinagre de arroz.

Raízes Orientais
A história do gyoza começa com o jiaozi, tradicional preparação chinesa feita com massa e recheio, cuja origem remonta a muitos séculos. Na China, os dumplings assumiram diferentes formatos e métodos de cocção, podendo ser cozidos, no vapor ou pre-

parados de outras maneiras de acordo com a região e a tradição familiar.

No Japão, a preparação passou por um processo de adaptação. Embora existam registros de contato com o jiaozi ainda no período Edo, foi principalmente após a Segunda Guerra Mundial que o gyoza se popularizou no país. Muitos japoneses que retornaram da China e da Manchúria levaram consigo referências da culinária que conheceram durante o período. A partir dessas experiências, o prato passou a ser reproduzido e adaptado nas cozinhas japonesas, tornan-

do-se cada vez mais presente no cotidiano.

Com o tempo, o gyoza ganhou características que o diferenciam do jiaozi chinês, especialmente na espessura da massa, no recheio e no método de preparo.

Identidade
Presente em restaurantes, izakayas e mesas de todo o Japão, o gyoza é um exemplo de como uma preparação pode atravessar fronteiras e ganhar uma identidade própria. Suas raízes estão no jiaozi, mas foi no Japão que a receita passou por transformações que definiram a versão conhecida

atualmente.

Uma das formas mais populares é o yaki gyoza, preparado na frigideira. Os bolinhos são primeiro dourados em óleo e, em seguida, recebem água e são cozidos com a panela tampada. O vapor cozinha a massa e o recheio, enquanto a base permanece em contato com a superfície quente, criando a característica combinação de fundo crocante e parte superior macia.

O recheio também ganhou uma identidade própria no Japão. A combinação mais tradicional reúne carne suína, repolho, cebolinha, alho e gengibre, ingredientes que

equilibram gordura, frescor e intensidade aromática. O repolho costuma ser salgado e espremido antes de ser incorporado à carne, uma etapa importante para controlar a umidade do recheio e preservar a textura da massa.

Assim, entre a tradição chinesa e a adaptação japonesa, o gyoza se consolidou como uma preparação marcada pelo contraste de texturas, pelo recheio aromático e pelo característico molho à base de shoyu e vinagre de arroz.

Opine
gazetaparana.com.br
leitor@gazetaparana.com.br

RECEITA



Massa caseira

Rendimento: cerca de 40 gyozas
Tempo de preparo: aproximadamente 1h30

Ingredientes
4250 g de farinha de trigo
120 ml de água morna
Amido de milho para polvilhar

Modo de preparo
Coloque a farinha de trigo em uma tigela e faça uma cavidade no centro. Adicione a água morna aos poucos, misturando até formar uma massa.

Transfira para uma superfície limpa e sove por cerca de 8 a 10 minutos, até obter uma massa lisa, firme e homogênea. Forme uma bola, cubra com plástico-filme ou um pano úmido e deixe descansar por aproximadamente 30 minutos. Divida a massa em quatro partes. Mantenha as porções que não estiverem sendo trabalhadas cobertas para evitar que ressequem. Enrole cada parte formando um cilindro fino e corte em pequenos pedaços de tamanho semelhante. Abra cada pedaço com um rolo, sobre uma superfície levemente polvilhada com amido de milho, formando discos finos de aproximadamente 8 a 10 cm de diâmetro. Polvilhe os discos com amido de milho e mantenha-os cobertos até o momento de rechear.

Recheio

Ingredientes
500 g de carne suína moída
300 g de repolho
3 colheres (sopa) de cebolinha picada
2 dentes de alho picados
1 colher (chá) de gengibre ralado
1 colher (sopa) de shoyu
1 colher (chá) de óleo de gergelim
1 colher (sopa) de amido de milho
1 colher (chá) de sal
Pimenta-do-reino a gosto
Modo de preparo

Pique o repolho bem fino, misture com o sal e deixe descansar por aproximadamente 20 minutos. Esprema bem o repolho com as mãos para retirar o excesso de água. Essa etapa é importante para evitar que o recheio fique muito úmido. Em uma tigela, misture a carne suína, o repolho, a cebolinha, o alho, o gengibre, o shoyu, o óleo de gergelim, o amido de milho e a pimenta-do-reino. Misture bem até que os ingredientes estejam incorporados e o recheio fique uniforme.

Montagem e cocção

Ingredientes
40 discos de massa para gyoza
Água para selar
Amido de milho para polvilhar
3 colheres (sopa) de óleo vegetal
150 ml de água

1 colher (chá) de óleo de gergelim

Modo de preparo

Coloque um disco de massa na palma da mão e acrescente cerca de uma colher de sopa do recheio no centro. Evite colocar recheio em excesso para facilitar o fechamento. Umedeça a borda da massa com água. Dobre o disco ao meio e pressione as extremidades para selar. Se desejar, faça pequenas dobras em uma das laterais para criar o formato tradicional do gyoza. Repita o processo até utilizar todo o recheio. Mantenha os gyozas prontos cobertos enquanto finaliza a montagem. Aqueça o óleo vegetal em uma frigideira grande, de preferência antiaderente. Disponha os gyozas com a base voltada para baixo, deixando espaço entre eles. Deixe cozinhar em fogo médio até que a parte inferior fique dourada. Adicione a água à frigideira e tampe imediatamente. Cozinhe por cerca de 3 a 4 minutos, até que a massa e o recheio estejam cozidos e a maior parte da água tenha evaporado. Retire a tampa e deixe a água restante evaporar completamente. Regue com o óleo de gergelim e deixe a base dos gyozas ficar novamente crocante. Retire da frigideira e sirva imediatamente com o molho.

Molho

Ingredientes
4 colheres (sopa) de shoyu
4 colheres (sopa) de vinagre de arroz
Óleo de pimenta a gosto
Modo de preparo

Misture todos os ingredientes em um pequeno recipiente e sirva junto aos gyozas. A proporção de shoyu e vinagre pode ser ajustada de acordo com o paladar.

Importante saber:

Controle a umidade do recheio. O repolho libera bastante água durante o preparo, por isso é importante salgá-lo e espremer-lo bem antes de misturá-lo à carne. O excesso de líquido pode deixar a massa úmida e dificultar o fechamento e a cocção dos gyozas. Outra dica é manter os discos de massa cobertos enquanto trabalha. A exposição ao ar faz com que ressequem e dificulta a selagem.

Ideias para acompanhamento:

O gyoza combina com ramen, sunomono, edamame, arroz japonês, missoshiru, salada de pepino, karaage, cervejas do estilo Pilsen ou Lager, chá-verde e saquê.

Mais+



WWW.GAZETADOPARANA.COM.BR

GazetadoParaná

UM JORNAL
QUE TEM CULTURA

Gazetajus

Repercussão geral Supremo analisa recurso com repercussão geral que definirá qual Justiça é competente para julgar pedidos de reparação decorrentes de publicações feitas na internet

Críticas na internet: STF começa a julgar onde devem tramitar danos

Tema 208 está no Plenário Virtual até 25 de setembro e discute onde deve tramitar pedido de indenização quando o conteúdo apontado como ofensivo circula pela rede

REDAÇÃO
Cascavel

● O Supremo Tribunal Federal (STF) começou nesta sexta-feira (18) a julgar uma controvérsia que pode estabelecer uma regra nacional para ações de reparação de danos provocados por críticas publicadas na internet. O caso está sendo analisado pelo Plenário Virtual e tem repercussão geral reconhecida, o que significa que a definição deverá orientar processos semelhantes em todo o país.

O julgamento ocorre no Recurso Extraordinário (RE) 601.220, que corresponde ao Tema 208 da repercussão geral. A sessão virtual está programada para permanecer aberta até 25 de setembro, salvo eventual pedido de vista, destaque ou outra ocorrência que altere o andamento.

A discussão é relatada pelo ministro Nunes Marques e trata



TRT-17

especificamente da competência territorial para processar e julgar ações de indenização decorrentes de críticas divulgadas pela internet.

Onde ocorreu o dano?
A questão ganha relevância pelas próprias características da internet. Diferentemente de uma publicação impressa ou de

uma manifestação realizada em determinado local, um conteúdo publicado na rede pode ser acessado simultaneamente em diferentes cidades e estados.

É justamente essa característica que leva ao debate sobre qual deve ser o foro competente quando uma pessoa afirma ter sofrido dano em razão de uma crítica publicada na internet.

O processo permitirá ao STF definir um parâmetro constitucional para essa situação. A controvérsia é examinada à luz da liberdade de manifestação e comunicação prevista no artigo 220 da Constituição.

Por se tratar de repercussão geral, a definição não ficará restrita às partes envolvidas no processo. A tese fixada pelo Su-

premo deverá ser observada nos demais casos que discutam a mesma questão jurídica.

Em andamento
O caso precisa ser tratado com uma ressalva importante: o STF ainda não concluiu o julgamento. A inclusão do RE 601.220 na sessão virtual ocorreu em 9 de setembro, e a pauta foi publica-

da no Diário da Justiça Eletrônico no dia seguinte. O julgamento de mérito foi agendado para ocorrer entre as 11 horas de 18 de setembro e as 23h59 de 25 de setembro.

Até a conclusão, votos podem ser apresentados ou alterados dentro das regras do Plenário Virtual, e o julgamento também pode sofrer interrupções. Por isso, ainda não há uma tese definitiva do Supremo sobre a questão.

A decisão final terá importância prática para quem ingressa com ações de reparação por publicações feitas em redes sociais, sites, blogs e outros ambientes digitais, especialmente diante da dificuldade de estabelecer territorialmente onde ocorreu um dano causado por conteúdo disponível na internet.

NÚMERO

208

A definição do STF, sobre o Tema 208, deverá orientar processos semelhantes em todo o país

STJ recebe queixa-crime contra desembargadora por supostas ofensas no WhatsApp

Vice-presidente do TRT-17 é acusada por magistrados de publicar mensagens ofensivas e de teor político em grupo com mais de 60 integrantes; caso também é investigado pelo CNJ

Redação
Cascavel

● A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) recebeu, por unanimidade, queixa-crime contra a desembargadora Marise Medeiros Cavalcanti Chamberlain por supostas ofensas dirigidas a colegas em um grupo de WhatsApp de magistrados. A decisão foi tomada na quarta-feira (16) e permite o prosseguimento da ação penal privada.

A queixa foi apresentada por quatro magistrados que afirmam terem sido pessoalmente atingidos pelas manifestações. As mensagens teriam sido publicadas em um grupo com mais de 60 integrantes, utilizado por membros da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 17ª Região (Amatra-17).

O recebimento da queixa-crime não representa condenação nem significa que as acusações tenham sido consideradas comprovadas. Nessa etapa, o STJ analisou se existiam elementos mínimos para que a ação pudesse prosseguir. Segundo o relator, ministro Og Fernandes, há indícios de autoria e materialidade das supostas ofensas.

Grupo de magistrados
As acusações estão relacionadas a manifestações atribuídas à desembargadora em julho de 2025. Segundo os magistrados que levaram o caso adiante, as



Divulgação

publicações continham linguagem ofensiva e manifestações de caráter político.

O episódio já havia chegado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em agosto de 2025, ao analisar uma reclamação disciplinar, o corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques, registrou que os requerentes acusavam a magistrada de publicar no grupo vídeos de conteúdo depreciativo contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), além de utilizar linguagem considerada intimidatória e agressiva contra colegas. Na ocasião, Campbell negou pedido liminar de afastamento, mas determinou a notificação da desembargadora para prestar informações.

A apuração administrativa avançou. Em março deste ano, o CNJ decidiu por unanimidade instaurar Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra Marise Chamberlain. O Conselho informou que o procedimento busca apurar possíveis violações de deveres funcionais decorrentes de manifestações consideradas agressivas e político-partidárias em grupo de mensagens.

Processo disciplinar
O PAD tramita sob o número 0002080-53.2026.2.00.0000. A documentação oficial do CNJ descreve como objeto da apuração possível infração disciplinar relacionada a manifestação político-partidária, grupo de mensagens e falta de urbanidade.

O processo administrativo e a queixa-crime no STJ são procedimentos distintos. O primeiro examina eventual responsabilidade disciplinar da magistrada, enquanto a ação que prossegue no STJ trata das supostas ofensas apontadas pelos colegas.

O CNJ voltou a pautar o PAD para a sessão virtual que começa em 25 de setembro, tendo como assunto a prorrogação do prazo do procedimento. Portanto, o processo disciplinar ainda não foi concluído.

Com o recebimento da queixa-crime pela Corte Especial, a discussão passa agora a prosseguir no âmbito judicial, com oportunidade para o exercício da defesa e posterior análise do mérito das acusações.

NÚMERO

60

As mensagens teriam sido publicadas em um grupo de WhatsApp usado por mais de 60 magistrados da Amatra-17

STF manda reexaminar penhora de pequena propriedade rural dada em hipoteca

Fachin aplicou entendimento segundo o qual a proteção constitucional da propriedade familiar pode prevalecer mesmo quando o próprio produtor ofereceu o imóvel como garantia

Redação
Cascavel

● O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, determinou que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) reexamine um caso envolvendo a penhora de pequena propriedade rural oferecida pelo próprio dono como garantia hipotecária.

A decisão foi tomada no Agravo em Recurso Extraordinário (ARE) 1.615.067. Fachin reconsiderou decisão anterior da Presidência que havia negado seguimento ao recurso e determinou a devolução do processo à origem para aplicação do entendimento firmado pelo STF no Tema 961 da repercussão geral.

A determinação não cancela a penhora nem representa julgamento definitivo do mérito. O tribunal de origem deverá analisar novamente o caso considerando o precedente constitucional sobre a proteção da pequena propriedade rural familiar.

Na execução que deu origem ao recurso, o proprietário contestou a constrição do imóvel rural que havia sido oferecido em hipoteca. O entendimento adotado na origem admitiu a penhora por considerar relevante o fato de o bem ter sido voluntariamente apresentado como garantia.

Proteção constitucional
O artigo 5º, inciso XXVI, da Constituição protege a pequena propriedade rural, assim definida em lei e trabalhada pela famí-



MMA/Arquivo

lia, contra penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

No Tema 961 da repercussão geral, o STF definiu que a pequena propriedade rural familiar pode ser formada por mais de um terreno contínuo, desde que a área total seja inferior a quatro módulos fiscais do município. A tese foi fixada definitivamente em setembro de 2021.

O precedente que originou o Tema 961 veio do Paraná. Naquele caso, o Tribunal de Justiça do Paraná considerou impenhorável a propriedade rural apesar de o imóvel ter sido oferecido como garantia, e a discussão chegou ao Supremo por recurso de uma empresa do setor de insumos agrícolas.

Ao determinar o reexame, Fachin também mencionou precedente da Segunda Turma segundo o qual a proteção da pequena propriedade rural familiar tem natureza fundamental e indisponível, podendo prevalecer mesmo quando o imóvel foi voluntariamente oferecido como garantia. A análise, contudo, depende das circunstâncias concretas de cada processo.

Isso não significa que qualquer propriedade rural esteja automaticamente protegida. Para a incidência da impenhorabilidade, é necessário demonstrar o preenchimento dos requisitos constitucionais e legais, incluindo a dimensão da área e sua exploração pela família.

Em discussão relacionada, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já diferenciou a proteção do imóvel rural da proteção sobre seus frutos e rendimentos, admitindo, em determinadas situações, constrição parcial desde que preservadas as condições mínimas para a subsistência e a atividade produtiva.

Com a decisão de Fachin, o processo retorna à Justiça de origem para novo exame. O agravo regimental apresentado no Supremo ficou prejudicado.

Processo: ARE 1.615.067

DADOS

● 4 MÓDULOS FISCAIS

O Tema 961 admite mais de um terreno contínuo quando a soma da área permanece abaixo desse limite